

GOVERNO DE ANGOLA

**PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS
PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD) -
ANGOLA**

**PROGRAMA DE APOIO ESTRATÉGICO
PARA O AMBIENTE (PAEA)**

(2012-2015)

Breve Resumo:

O presente documento de programa apresenta as áreas estratégicas de apoio e parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ao Governo de Angola, especificamente no apoio ao Ministério do Ambiente e ao Programa Nacional de Gestão Ambiental (PNGA) e iniciativas afins. Ao mesmo tempo, o Programa está claramente enquadrado dentro das prioridades do actual Quadro de Assistência das Nações Unidas¹ (UNDAF 2009-2013) e subsequentemente no quadro do Plano de Acção do Programa País do PNUD em Angola (CPAP 2009 – 2013).

PÁGINA DE ASSINATURAS

País: Angola

GOVERNO DE ANGOLA/PNUD ANGOLA – PROGRAMA DE APOIO ESTRATÉGICO PARA O AMBIENTE – PAEA (2012-2015)

MODALIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO: EXECUÇÃO NACIONAL (NEX)

Resultado do UNDAF:

Nº 4: Crescimento económico **com enfoque na redução da pobreza** reforçado e gestão macroeconómica responsável e desenvolvimento rural integrado, gestão de recursos naturais e energia, para promover a protecção ambiental e adaptação às alterações climáticas

Resultado do CPAP / Meta do Programa:

Capacidades nacionais fortalecidas para enquadrar a protecção ambiental nos planos e programas de desenvolvimento nacional numa perspectiva de crescimento **com enfoque na redução da pobreza e** inclusivo para com os mais vulneráveis

Resultados esperados:

1. **Reforçadas as capacidades nacionais** para o enquadramento da protecção ambiental nos planos de desenvolvimento nacional;
2. **Implementação** efectiva do Plano de Acção e Estratégia da Biodiversidade Nacional (NBSAP);
3. Desenvolvida a capacidade institucional para a **gestão sustentável de recursos** naturais (terra e água);
4. Adaptação e mitigação às **alterações climáticas** enquadrada nas políticas e planos de desenvolvimento nacional;
5. Expandida e reforçada a capacidade institucional para **monitorar as tendências ambientais** a escala nacional;
6. Implementação efectiva do Plano Nacional de Educação e Consciencialização **Ambiental** (PNECA) e actividades de sensibilização ambiental aos níveis nacional e provincial, valorizando o conhecimento e a experiência nacional.

Dra. Fátima Monteiro Jardim
Ministra
Ministério do Ambiente

Dra. Maria do Vale Ribeiro
Representante Residente
Programa das Nações Unidas para
o Desenvolvimento

Índice

RESUMO EXECUTIVO	6
1. OBJETIVO DO PROGRAMA	17
2. PERFIL DO PAÍS E ANÁLISE DA SITUAÇÃO	19
2.1 AMBIENTE BIOFÍSICO	19
<i>Fisiografia e clima</i>	19
<i>Biodiversidade</i>	19
<i>Cobertura vegetal</i>	20
<i>Solos</i>	20
<i>Hidrologia</i>	20
<i>Recursos minerais</i>	20
2.2 GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS E SUAS DINÂMICAS	23
<i>Causas chave de mudanças</i>	23
<i>Práticas agrícolas e degradação dos recursos</i>	23
<i>Desflorestação</i>	26
<i>Perda da biodiversidade e inadequado apoio para áreas protegidas</i>	27
<i>Esgotamento dos recursos marinhos</i>	28
<i>Práticas de mineração</i>	28
<i>Processos de alterações climáticas</i>	28
2.3 CONTEXTO SÓCIO-ECONÓMICO	30
<i>População</i>	30
<i>Economia</i>	31
<i>Pobreza</i>	31
<i>Tendências de desenvolvimento emergentes</i>	32
2.4 POLÍTICA, CONTEXTO INSTITUCIONAL E LEGAL	33
<i>Quadro legal e reforma legal</i>	33
<i>Programa Nacional de Gestão Ambiental (PNGA)</i>	34
<i>Lei das Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação Terrestres (LFFSCT)</i>	35
<i>Convenções Internacionais</i>	36
<i>Organização Institucional</i>	37
<i>Coordenação intersectorial</i>	38
<i>Capacidade humana</i>	38
3. ESTRATÉGIA DO PROGRAMA	39
3.1. ABORDAGEM CONCEPTUAL DO PROGRAMA	39
<i>Enquadramento (mainstreaming)</i>	39
<i>Capacitação</i>	40
<i>Oportunismo Estratégico</i>	41
<i>Alinhamento com o Governo e parceiros estratégicos</i>	41
<i>Lições aprendidas</i>	41
<i>Avaliação e Monitorização</i>	42
3.2. JUSTIFICAÇÃO DO PROGRAMA DE AMBIENTE DO PNUD ANGOLA	42
<i>Objectivos de Desenvolvimento do Milénio</i>	42
<i>Parcerias</i>	42
<i>Abordagem programática</i>	43
<i>Experiência do PNUD em Angola</i>	44
<i>Foco do PNGA</i>	44
3.3. DESAFIOS E OPORTUNIDADES	45
3.4. CENÁRIOS AMBIENTAIS DE ANGOLA PARA 2020	46
4. DESCRIÇÃO DO PROGRAMA	49
4.1. META DO PROGRAMA	49
4.2. COMPONENTES DO PROGRAMA	49
4.3. ANÁLISES DE RISCOS	59
4.4. BENEFÍCIOS GLOBAIS E LOCAIS DAS INTERVENÇÕES PROPOSTAS	61
4.5. LIGAÇÕES AOS OUTROS PROGRAMAS/PROJECTOS	61
4.6. ENGAJAMENTO DE ACTORES SOCIAIS	66

4.7.	GÉNERO	66
4.8.	SUSTENTABILIDADE	67
5	MODALIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA	68
5.1.	ESTRUTURA DE GESTÃO E TOMADA DE DECISÕES	68
5.2.	MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO (M&A) E AUDITORIAS.....	<u>7172</u>
6	ANEXOS.....	73
6.2.	RASCUNHO DOS TERMOS DE REFERÊNCIA.....	ERRO! MARCADOR NÃO DEFINIDO.
	<i>PNUD Angola – Coordenador – Programa do Ambiente</i>	<i>Erro! Marcador não definido.</i>
	<i>PNUD Angola – Programa de Ambiente – Assistente de Programa</i>	<i>Erro! Marcador não definido.</i>

AIA	Avaliação do Impacto Ambiental
AMAs	Acordos Multilaterais Ambientais
AP	Áreas Protegidas
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCLME	Largo Ecossistema Marinho da Corrente de Benguela (siglas em Inglês)
BM	Banco Mundial
CBD	Convenção sobre a Diversidade Biológica
CITES	Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies Ameaçadas de Extinção (siglas em Inglês)
CPAP	Plano de Acção do Programa do País (siglas em Inglês)
CTMA	Comissão Técnica Multi-sectorial para o Ambiente
EUR	Euros
PNECA	Plano Nacional de Educação e Consciencialização Ambiental
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (siglas em Inglês)
FCCC	Convenção - Quadro sobre as Alterações Climáticas (siglas em Inglês)
GA	Governo de Angola
GEF	Fundo Global para o Ambiente (siglas em Inglês)
GST	Gestão Sustentável da Terra
HDI	Índice de Desenvolvimento Humano (siglas em Inglês)
HFC	Hidro Fluoro Carbonado
IBEP	Inquérito sobre o Bem-Estar da População
IDF	Instituto de Desenvolvimento Florestal
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza (siglas em Inglês)
LFFSACT	Lei das Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação Terrestres
LNG	Gás Natural Liquefeito (siglas em Inglês)
M&A	Monitoria e Avaliação
METT	Ferramenta de Rastreio da Eficácia da Gestão (siglas em Inglês)
MINADRP	Ministério de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas
MINAMB	Ministério do Ambiente
MINEA	Ministério de Energia e Águas
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
NBSAP	Plano de Acção e Estratégia da Biodiversidade Nacional (siglas em Inglês)
ODMs	Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Substâncias Destruidoras do Ozono (siglas em Inglês)
OIGs	Organizações Intergovernamentais
OKACOM	Comissão de Gestão da Bacia do Okavango
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental

PANA	Programa de Acção Nacional de Adaptação
PIB	Produto Interno Bruto
PNGA	Programa Nacional de Gestão Ambiental
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POPs	Poluentes Orgânicos Persistentes
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (siglas em Inglês)
TDA	Análise de Diagnóstico Transfronteiriço (siglas em Inglês)
UE	União Europeia
UGP	Unidade de Gestão do Programa
UNCCD	Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação (siglas em Inglês)
UNDAF	Quadro de Assistência das Nações Unidas (siglas em Inglês)
UNEP	Programa das Nações Unidas para o Ambiente (siglas em Inglês)
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (siglas em Inglês)
USD	Dólar dos Estados Unidos (siglas em Inglês)

RESUMO EXECUTIVO DO PROGRAMA DE APOIO ESTRATÉGICO PARA O AMBIENTE – PAEA (2012~~1~~ – 2015)

O presente documento de programa apresenta as áreas estratégicas de apoio e parceria do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ao Governo de Angola, especificamente no apoio ao Ministério do Ambiente e ao Programa Nacional de Gestão Ambiental (PNGA) e iniciativas afins. Ao mesmo tempo, o Programa está claramente enquadrado dentro das prioridades do actual Quadro de Assistência das Nações Unidas¹ (UNDAF 2009-2013) e subsequentemente no quadro do Plano de Acção do Programa País do PNUD em Angola (CPAP 2009 – 2013).

Meta e Resultados

Guiado pelos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas (ODMs) e as prioridades estratégicas do Executivo Angolano para o Sector do Ambiente, o Programa de Apoio Estratégico para o Ambiente (PAEA) tem a seguinte meta:

Reforçadas as capacidades nacionais para enquadrar a protecção ambiental nos planos e programas de desenvolvimento nacional numa perspectiva de crescimento inclusivo para com os mais vulneráveis (população rural, mulheres e crianças, camada social com menor capacidade económica, etc.)

Para realizar esta meta abrangente, o Programa procura obter os seguintes resultados chave:

1. **Reforçadas as capacidades nacionais** para o enquadramento da protecção ambiental nos planos de desenvolvimento nacional, assegurando que as diferentes necessidades entre homens e mulheres são tidas em conta, de modo a **fornecer serviços ambientais** equitáveis;
2. **Implementação** efectiva do Plano de Acção e Estratégia da Biodiversidade Nacional (NBSAP);
3. Desenvolvida a capacidade institucional para a **gestão sustentável de recursos** naturais (terra e água), advogando pelo papel chave que as mulheres podem e devem jogar na conservação e gestão dos recursos naturais;

4. Adaptação e mitigação às **alterações climáticas** enquadrada nas políticas e planos de desenvolvimento nacional, advogando pela participação e criação de parcerias entre todos os actores **chaves** da sociedade (sector público, privado, comunidades de base, mulheres, etc.);
5. **Expandida a capacidade institucional para monitorar as tendências ambientais** a escala nacional, identificando e analisando os **impactos para homens e mulheres**, para que estas possam ser incluídas de forma equitativa nos planos de acção de **prevenção e gestão de crises naturais**;
6. Implementação efectiva da Plano Nacional de Educação e Consciencialização **Ambiental** (PNECA) e actividades de sensibilização ambiental aos níveis nacional e provincial, valorizando o conhecimento e a experiência nacional.

Princípios Orientadoras da Elaboração do Programa

O **Programa de Apoio Estratégico para o Ambiente (PAEA)** foi elaborado com atenção a especificidade da realidade angolana, reconhecendo que Angola alberga a mais rica biodiversidade de biomas e eco regiões de qualquer outro país Africano, tendo a oportunidade de contribuir significativamente para **as metas globais** bem como nacionais **de desenvolvimento sustentável** através da conservação activa destes recursos naturais e maximizando os serviços ecológicos e **benefícios financeiros** que estes podem aportar para o desenvolvimento do País.

De salientar que a elaboração do PAEA evitou um planeamento baseado em soluções genéricas aos problemas sócio-ambientais centrado nas experiência doutros países da região ou fora dela, sendo a abordagem do PAEA específica para a realidade angolana. O processo de desenho do programa analisou os múltiplos e complexos problemas que afectam a sustentabilidade ambiental em Angola sem obscurecer a possibilidade de muitos potenciais êxitos nos programas de gestão ambiental com base na experiência existente e na possibilidade de acesso a recursos financeiros.

Um segundo **princípio orientador no desenho do PAEA** é a priorização do Desenvolvimento Humano como eixo transversal ao longo de todo o Programa.

O Programa está centrado na relação entre o ambiente e o desenvolvimento das vidas humanas que dependem deste. Actualmente, a população mais vulnerável baseia-se numa economia dependente dos recursos naturais para sua fonte de energia, água, alimentação das suas famílias, etc. Quando a conservação dos recursos naturais está em risco, seja pelo impacto das alterações climáticas ou pelo inadequado uso e gestão dos próprios recursos, a população mais vulnerável é a mais afectada.

Por esta razão, todas as acções que emanem deste Programa deveram focar-se nos princípios de Desenvolvimento Humano, reconhecendo assim que para além do ambiente ser por si mesmo um bem a valorizar e conservar, a manutenção da saúde ambiental e o fornecimento de bens e serviços dos ecossistemas são factores essenciais para o bem-estar da população angolana e para o desenvolvimento sustentável do País

Especificamente, e dada a dupla vertente da relação entre as mulheres e o ambiente, como principais gestoras dos recursos naturais e como grupo mais vulnerável face as alterações climáticas, desastres naturais, contaminação ambiental, perda de biodiversidade, e de outros impactos ambientais, o seu envolvimento como beneficiarias e ao mesmo tempo como promotoras da mudança desejada, será um factor determinante para o sucesso das acções enquadradas neste Programa.

Uma atenção específica a relação mulher e o ambiente e as questões de género, o reforço efectivo das mesmas trará consigo uma maior participação na tomada de decisões e fará com que o seu conhecimento tradicional (sobre a protecção e gestão do ambiente, sobre medidas de adaptação as alterações climáticas e prevenção e gestão de desastres naturais) contribua para o bem-estar comum e para acelerar o alcance dos ODMs.

O último princípio orientador, mais não menos importante, é o reconhecimento que reforço institucional é um processo contínuo, e que as abordagens de curto prazo, baseadas em projectos singulares e não integrados, têm um impacto reduzido, proporcionando poucos benefícios directos na melhoria da capacidade e da memória institucional.

A adopção de uma abordagem programática e a definição de um programa “chapéu”, um programa verdadeiramente estratégico e integrado de todas as áreas de apoio e parceria durante um período de quatro a três anos, procura sublinhar a visão e a abordagem de longo prazo e abrangente que se pretende tenha maior impacto e melhores resultados.

Importa salientar que as lições aprendidas e documentação das *“boas práticas”* dos projectos implementados pelo do Governo de Angola com apoio do PNUD na gestão sustentável de terras, em gestão de bacias internacionais (Rio Okavango), na gestão de ecossistemas marinhos (Corrente de Benguela), na recuperação da Palanca Negra e outras iniciativas similares, servira de base para as novas intervenções.

Contexto e Principais Desafios

Vários são os desafios sistémicos que assolam o País, sendo o impacto da guerra o desafio mais notáveis. As consequências da guerra foram profundas, tanto em termos de perdas de vidas humanas, como de meios de subsistência, **causando** deslocações da população, stress pós-traumático, **destruição das** infra-estruturas físicas, **atrasos** nas iniciativas de desenvolvimento, etc., com consequências de longo prazo que, ainda, influenciam cada aspecto do meio ambiente e da vida que alberga.

Igualmente, a prolongada situação de conflito armado, **enfraqueceu** as capacidades e habilidades individuais e institucionais do País, **limitou o** acesso e **a** partilha de conhecimentos e a limitou a implementação de práticas, tecnologias e políticas sustentáveis.

Não obstante as limitações acima citadas, é importante reconhecer que também existe no País um dedicado grupo de talento intelectual e profissional em gestão ambiental que através da partilha das suas capacidades com uma nova geração de jovens profissionais será um importante catalisador para estabelecimento de uma “massa crítica” de conhecimento e capacidade em protecção ambiental e desenvolvimento sustentável.

A situação de pobreza existente no País, tanto a nível urbano como rural, faz com que a produção energética baseada no carvão vegetal se converta, em algumas das regiões do país, na principal fonte de receitas dos pobres rurais. Desta forma, a produção de carvão vegetal ameaça a produção alimentar de subsistência, provocando uma transformação extensiva nas actividades rurais, desflorestação, degradação dos solos, perpetuando e agravamento do ciclo da pobreza rural. Este ciclo de produção é viciado e precisa duma intervenção multisectorial, sendo necessário tanto alternativas energéticas (tal como energia solar, revalorização dos resíduos para energia, o Gás Natural Liquefeito) para os utentes como alternativas económicas para os produtores.

A interdependência entre a gestão sustentável dos serviços dos ecossistemas e o bem-estar humano é essencial para o alívio da pobreza.

Por outro lado, e principalmente a nível urbano, verifica-se deficiências nos sistemas de gestão de resíduos sólidos, resultando em passivos, lixeiras, e em alguns casos causando ambientes poluídos, com altos riscos potenciais para a saúde humana e ambiental, sendo necessário maior responsabilidade para gerir o lixo doméstico, municipal e industrial.

Um outro desafio que o País se defronta situa-se na esfera legal **e institucional. Reconhecendo os avanços registados no quadro jurídico sobre o ambiente com à**

aprovação de mais de 25 diplomas desde o estabelecimento do Ministério do Ambiente, com particular destaque para legislação regulador das auditorias e das avaliações de impactos ambientais dos projectos de investimentos, de qualquer modo ainda será necessário um reforço do quadro jurídico-legal para o ambiente.

O estabelecimento do Ministério do Ambiente em 2009 foi um importante reforço institucional para o sector do Ambiente sendo necessário o pleno funcionamento e capacitação dos Institutos especializados (Instituto de Áreas de Conservação e Biodiversidade, e o Instituto de Gestão Ambiental).

Em relação a biodiversidade, as espécies endémicas e ameaçadas de extinção e os ecossistemas únicos no continente continuam com uma protecção limitada perante a rápida deterioração devido a transformação do uso da terra, a produção de carvão vegetal, a caça incontrolada e a ocupação ilegal.

Áreas Estratégicas de Apoio e Parceria

Como já foi mencionado anteriormente, o presente Programa entende ser o “chapéu” necessário para dar cobertura e coerência as intervenções do PNUD nos próximos anos. Aqui são apresentadas as áreas estratégicas de apoio e parceria das potenciais intervenções do PNUD no sector.

Guiadas pelas prioridades do Governo de Angola e através do contínuo diálogo com os atores chaves do sector, cada intervenção específica será analisada em profundidade e detalhada, confirmando assim como cada intervenção contribui para o alcance da meta geral do Programa e finalmente para o alcance dos ODMs em Angola.

Na definição das diferentes intervenções será necessário articular os planos de trabalho com o actual processo de descentralização que está a ser realizado em Angola. O Programa entende somar-se aos esforços que o Governo está a realizar no processo de desenvolvimento do País e por tanto, o entendimento destes processos e a inter-relação com o bem-estar da população e do ambiente são premissas fundamentais para qualquer tipo de intervenção.

Igualmente, no momento da definição mais específica das intervenções, as potencialidades de coordenação com outros sectores (saúde, turismo, agricultura, protecção civil, etc.) serão analisados cuidadosamente com o intuito de obter uma mais-valia e aumentar o impacto através das sinergias.

Resultado 1: *Reforçadas as capacidades nacionais para o enquadramento da protecção ambiental nos planos de desenvolvimento nacional, assegurando que as diferentes necessidades entre homens e mulheres são tidas em conta, de modo a fornecer serviços ambientais equitativos*

- i). Apoiar ao Governo na **elaboração de legislação ambiental tal como regulamentos relativos a gestão ambiental e aos compromissos internacionais assumidos pelo Estado sobre protecção ambiental e Desenvolvimento Sustentável;**
- ii) **Reforçar e consolidar o funcionamento das Comissões Multi-sectoriais relacionados com o Ambiente para maior articulação das políticas e estratégias entre Ministérios e entidades relacionadas com gestão de recursos naturais, protecção ambiental e desenvolvimento sustentável,**
- iii) **Apoiar a capacitação em matéria de ferramentas financeiras** (processos de orçamento, dotações orçamentais, etc.) para o ambiente através de intervenções de alto nível com o Governo e agências doadoras;
- iv). **Conceber e implementar um programa de desenvolvimento de capacidades para as necessidades prioritárias em termos de know how;**

Resultado 2: *Implementação efectiva do Plano de Acção e Estratégia da Biodiversidade Nacional (NBSAP) DRA PAULA –Por favor confirmar*

- i). **Actualizar o Diagnóstico de Parques Naturais (2003), incluindo outras Áreas Protegidas (AP) e priorizando a formação do pessoal necessário para ter sucesso na implementação das recomendações contidas no Diagnóstico actualizado;**
- ii). **Conceber uma Estratégia de Expansão de novas Áreas Protegidas, incluindo todos os biomas que actualmente não estão protegidos com base numa Avaliação da Biodiversidade Nacional através de inquéritos e inventários;**
- iii). **Formular uma estratégia de mobilização de recursos para o financiamento do NBSAP.**

Resultado 3: *Desenvolvida a capacidade institucional para a gestão sustentável de recursos naturais (terra e água), advogando pelo papel chave que as mulheres (obtentoras do conhecimento popular) podem e devem jogar na conservação e gestão dos recursos naturais*

- i). **Apoiar a aprovação e implementação** do Programa Nacional e Plano de Acção para o Combate à Desertificação em cumprimento da Convenção Contra Desertificação (UNCCD);
- ii). **Advogar pela ratificação da Convenção do Ramsar (Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente enquanto «Habitat» de Aves Aquáticas) e identificar potenciais locais de Ramsar;**

iii). Identificação, validação e disseminação de melhores práticas sobre o uso sustentável de recursos naturais (terra e água);

iv) Apoiar a padronização e monitoria da qualidade da água e a elaboração do Programa Nacional da Água (recursos hídricos).

Comentário [a1]: Não é responsabilidade do MINEA?

Resultado 4: Adaptação e mitigação às alterações climáticas enquadrada nas políticas e planos de desenvolvimento nacional, advogando pela participação e criação de parcerias entre todos os actores chave da sociedade (sector público, privado, comunidades de base, mulheres, etc.) (CONTRIBUIÇÃO DO DR.GIZA)

i) Promover a consciencialização sobre Alterações Climáticas, as suas causas, e potenciais impactos, e promover acções positivas para mitigar as alterações climáticas;

ii) Contribuir para o fortalecimento da capacidade nacional de recolha, análise e disseminação de dados sobre o comportamento do Clima a nível nacional, e da capacidade institucional de integração e enquadramento destes na concepção e implementação de políticas e programas;

iii). Implementação do PANA (Programa de Acção Nacional de Adaptação), e elaboração da Segunda Comunicação Nacional, e actualização incluindo a realização do Inventário Nacional de Gases de Estufa e a 2ª Comunicação Nacional;

iv). Revisão, Conceção, publicação e disseminação de políticas e estratégias nacionais relativas as alterações climáticas e aprovação da estratégia nacional de alterações climáticas, sua publicação e disseminação;

Comentário [a2]: Não compete ao PNUD a aprovação

vi). Concepção e implementação de programas de mitigação com vista a redução de emissões de gases com efeito de estufa nos principais sectores emissores, conforme o primeiro inventário nacional, com prioridade para a investigação e tendente ao desenvolvimento de alternativas acessíveis à lenha e ao carvão como principais fontes de energia doméstica e gestão sustentável das florestas;

vii). Fortalecimento da capacidade institucional do Ministério do Ambiente para a implementação de projectos de adaptação por intermédio da criação de uma Entidade de Implementação Designada;

viii) Implementação das Aldeias ecológicas.

ix) Fortalecimento da capacidade institucional de adesão e implementação e das principais convenções das Nações Unidas na área do ambiente.

Comentário [a3]: Colocar no R1?

Resultado 5: Expandida e activada a capacidade institucional para monitorar as tendências ambientais a escala nacional, identificando e analisando os impactos diferenciais entre homens e mulheres, para que estas possam ser incluídas de forma equitável nos planos de acção de prevenção de crises e gestão de desastres naturais

i). Advogar com as Universidades Angolanas para introduzir cursos da Avaliação do Impacto Ambiental (AIA) ao nível do Mestrado; desenvolver capacidades, curricula e materiais para realizar estes cursos;

ii). Apoiar e reforçar dos sistemas de informação ambiental ao nível nacional;

iii) Aquisição de meios técnicos e reforço das capacidades institucionais e humanas na monitorização ambiental e na prevenção e gestão de crises.

Resultado 6: Implementação efectiva da Plano Nacional de Consciencialização e Educação Ambiental (PNCEA) e actividades de sensibilização ambiental aos níveis nacional e provincial, valorizando o conhecimento e a experiencia nacional

- i). Revisar, apoiar no desenho, advogar pela sua importância, publicar e disseminar a PNCEA;
- ii). Reforçar as campanhas temáticas em escolas seleccionadas em todas as províncias;
- iii). Fortalecer tecnicamente aos activistas e administrativamente (gestão, Monitoria e Avaliação –M&A-, etc) a Rede Ambiental de Organizações Não Governamentais (ONGs) e mobilizá-la para implementar actividades ambientais de base comunitária (campanhas de limpeza, plantação de árvores, debates sobre o ambiente, concursos, convívios, etc);
- iv). Mediação de Mesas Redondas de Diagnóstico Socio-Ambiental. Dinamização de grupos técnicos de discussão e debate sobre as diferentes percepções que os diferentes atores intervenientes no sector tem sobre a conservação ambiental vs. Serviços dos ecossistemas;
- v). Elaboração de folhetos e material informativo, para escolas, media, organizações comunitárias de base, ONGs e outros grupos de interesse.

Estratégia de financiamento

Estudos recentes indicaram que a reabilitação do sistema de áreas protegidas de Angola custará pelo menos USD 50 milhões, com necessidades operacionais anuais superiores a USD 10 milhões. Outros aspectos da gestão ambiental e reabilitação – gestão de resíduos sólidos, mitigação e adaptação às alterações climáticas, monitorização ambiental, educação ambiental, etc – custarão vários bilhões de dólares a médio prazo, sem contar com os custos associados à protecção contra desastres naturais ou sua posterior recuperação.

Com a apresentação destas necessidades, torna-se evidente que o nível actual de financiamento do sector em Angola ainda é limitado face aos desafios. Sem prejuízo a responsabilidade do próprio Governo no financiamento do sector do ambiente, desde a Convenção sobre a Diversidade Biológica (CBD), muitos países em desenvolvimento utilizam os fundos de doadores para ajudar em muitas áreas da gestão ambiental.

Não obstante a crise financeira global, ainda são fortes as oportunidades de aceder a financiamento de doadores para determinados projectos em Angola.

Várias fontes de financiamento multilaterais e bilaterais estão disponíveis, entre as quais cabe destacar o GEF (Fundo Global para o Ambiente). O GEF investiu mais de USD 5 bilhões em projectos ambientais desde 1994, e no seu quinto ciclo de financiamento (2001-2015), o GEF investirá mais USD 4,5 bilhões em projecto ao longo de todo o mundo.

O Governo de Angola, através do Ministério do Ambiente, até Abril de 2012 confirmou a alocação de 9.9952,070 USD para projectos nas três áreas do quinto ciclo de financiamento do GEF (STAR GEF 5), **Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Degradação de Solos**, de uma disponibilidade total de 15.650,00USD para Angola.

Área Temática	Alocação Total do GEF STAR 5 USD	Alocação assegurada por Angola USD	Fundos Disponíveis USD
Biodiversidade	6,990,000	6,490,000	500,000
Mudanças Climáticas	5,180,000	0	5,180,000
Degradação dos Solos	3,480,000	3,462,070	17,930
TOTAL	15,650,000	9,952,070	5,697,930

Importa salientar que para além dos projectos passados financiados pelo GEF e implementados em Angola com apoio do PNUD, em 2012 o PNUD será a agência implementadora de dois novos projectos:

- **Conservação do Parque Nacional do Iona** (financiamento do quarto ciclo do GEF)
- **Expansão e Reforço do Sistema de Áreas Protegidas de Angola** (financiamento do quinto ciclo do GEF)

Outras possibilidades de financiamento por parte do GEF incluem:

- Alocações ainda disponíveis no quinto ciclo (STAR GEF 5), nomeadamente em projectos sobre Mudanças Climáticas;
- Fundo para projectos sobre Mudanças Climáticas em Países em Desenvolvimento (LDC Fund);
- Fundos regionais em matéria de recursos hídricos, degradação de solos e outros (GEF Regional Funds);
- Fundo de Adaptação.

No quadro das áreas de apoio e parceria definidas pelo **Programa de Apoio Estratégico ao Ambiente**, o PNUD reafirma a sua intenção e disponibilidade de apoiar o Governo de Angola no desenvolvimento de projectos que assegurem o financiamento disponível por parte do GEF e de outros financiamentos multilaterais e bilaterais.

Várias outras fontes – incluindo o Banco Africano de Desenvolvimento, a Comissão Europeia, e outros países manifestaram interesse ou inclusivamente já elaboraram propostas para financiamento de projectos ambientais em Angola.

Garantir o acesso aos fundos do sector privado direccionados ao apoio do ambiente através da *Responsabilidade Social Corporativa* será essencial para maior engajamento e envolvimento do sector extractivo (petrolífero ou mineiro) e para sustentabilidade das principais acções do Programa.

O desenho de uma **estratégia de mobilização de recursos** (mobilização de financiamento) e sensibilização para com as necessidades do sector será uma das primeiras tarefas do Programa, garantindo assim os fundos e recursos para a implementação das actividades e resultados estratégicos identificados no Programa.

Para além da mobilização de recursos para o sector, recursos tanto públicos como privados, o PNUD Angola compromete-se a alocar uma quantidade mínima de USD 2.400.000 ao longo dos 4 anos do PAEA, a razão de aproximadamente USD 600.000 por ano, para co-financiar intervenções e catalisar iniciativas. Cada ano será apresentado o orçamento anual, junto do plano anual de actividades com claros objectivos de desembolso e captação de novos financiamentos.

Para a implementação do Programa o PNUD confirma a seguinte alocação financeira para o período de implementação (2012-2015):
2012- 800,000USD – 2013- 500,000USD ??

Amaya – por favor confirme os fundos disponíveis

~~Em termos de oportunidades de financiamento para o programa a tabela indicativa apresenta o cenário global, sendo necessário a definição de uma estratégia de mobilização de recursos para plena implementação do Programa.~~

~~Tabela 1: Indicativo de oportunidades de financiamento – USD milhões (2011-2015)~~

Componente / Resultado	GEF	PNUD	GA¹	Outros doadores
1. Capacidade nacional para enquadramento	-	10	1	15(BAD²)
2. Biodiversidade	2+ 6,99	7	6	18(UE³)

¹Governo de Angola

²Banco Africano de Desenvolvimento

³União Europeia

3. Gestão sustentável dos recursos naturais	3,48	0,25		6 (UE) + 21 (BM ⁴)
4. Alterações Climáticas	5,18	0,25		10 (?)
5. Monitorização Ambiental	-	0,5		18 (?)
6. Educação Ambiental	-	0,5		2 (Sector privado)
TOTAL	17,65	4,5	>7	90

1. OBJECTIVO DO PROGRAMA

Na sua estratégia global, o PNUD identificou a capacitação na gestão ambiental como uma das suas quatro áreas de intervenção chave. Além disso, o PNUD definiu o crescimento pro-pobre, e responsabilização, como principais pilares do seu trabalho. Através deste Programa pretende-se enquadrar a conservação do sector dentro dos processos de planeamento nacional, catalisando a orçamentação ambiental, promovendo a adaptação e mitigação às alterações climáticas, e expandindo o acesso aos serviços ambientais e de energia para as pessoas mais vulneráveis.

Desde a independência em 1975, Angola tornou-se signatária dos acordos ambientais multilaterais (AMAs), incluindo a CBD, a UNCCD e a Convenção - Quadro sobre as Alterações Climáticas (FCCC), e participou em reuniões internacionais chave procurando definir a resposta global às alterações climáticas e à degradação ambiental. Nos documentos estratégicos de Angola, tal como o Programa de Desenvolvimento de Médio Prazo e o Programa do Governo de 2009, a sustentabilidade ambiental é apresentada como uma importante questão transversal, prestando particular atenção ao desenvolvimento socioeconómico em áreas rurais. A criação em 2008 do Ministério do Ambiente (anteriormente Ministério do Urbanismo e Ambiente) demonstrou uma vez mais o compromisso do Governo com o combate à degradação ambiental no país e em honrar os seus compromissos globais sobre a defesa do meio ambiente.

Comentário [a4]: 2008 ou 2009?

Baseado numa clara estratégia de priorização por parte do PNUD e o recentemente criado quadro institucional do Governo de Angola para a protecção do ambiente, o PNUD Angola procura estabelecer *um Programa de Apoio Estratégico para o Ambiente* para apoiar as prioridades do Governo com as seguintes **componentes e resultados afins**:

1. **Reforçadas as capacidades nacionais** para o enquadramento da protecção ambiental nos planos de desenvolvimento nacional, assegurando que as diferentes

⁴ Banco Mundial

necessidades entre homens e mulheres são tidas em conta, de modo a **fornecer serviços ambientais** equitáveis;

2. **Implementação** efectiva do Plano de Acção e Estratégia da Biodiversidade Nacional (NBSAP);
3. Desenvolvida a capacidade institucional para a **gestão sustentável de recursos** naturais (terra e água), advogando pelo papel chave que as mulheres (obtentoras do conhecimento popular) podem e devem jogar na conservação e gestão dos recursos naturais;
4. Adaptação e mitigação às **alterações climáticas** enquadrada nas políticas e planos de desenvolvimento nacional, advogando pela participação e criação de parcerias entre todos os actores chave da sociedade (sector público, privado, comunidades de base, mulheres, etc);
5. Expandida e activada a capacidade institucional para **monitorar as tendências ambientais** a escala nacional, identificando e analisando os impactos diferenciais entre homens e mulheres, para que estas possam ser incluídas de forma equitável nos planos de acção (**prevenção de crises e recuperação**) ante desastres naturais;
6. Implementação efectiva do **Plano Nacional de Educação e Consciencialização Ambiental (PNECA)** e actividades de sensibilização ambiental aos níveis nacional e provincial, valorizando o conhecimento e a experiência nacional.

Este Documento de Projecto descreve a base sobre a qual o PNUD pode contribuir para mobilizar acções e recursos de forma coordenada, e fornecer resultados, em apoio ao desenvolvimento sustentável e protecção ambiental.

2. PERFIL DO PAÍS E ANÁLISE DA SITUAÇÃO

2.1 Ambiente Biofísico

Fisiografia e clima

Angola é o quarto maior país de África (1 246 700 km²) entre as latitudes 04,22 S e 18,03 S na costa ocidental da África, limitado pela República do Congo e a República Democrática do Congo nas suas fronteiras norte e nordeste, Zâmbia na fronteira leste e na fronteira Sul pela Namíbia. Está limitado a oeste pelo Oceano Atlântico ao longo de um litoral de 1 650 km.

O país é topograficamente diverso, com um estreito planalto costeiro de 20 a 150 Km de largura percorrendo uma zona de encosta íngreme para um vasto planalto interior de 1 000 a 1 200 m, que é um relevo dominante no país. O Planalto Central eleva-se do planalto interior, e atinge 2 620 m no Morro do Moco.

Angola é uma das fontes aquáticas chave para o centro e sul de África, com 47 importantes bacias hidrográficas percorrendo o seu amplo e bem dotado interior em recursos aquáticos. As bacias hidrográficas chave incluem as do Zaire, Zambezi, Cuando, Cubango, Cunene e Cuanza. Grande parte de Angola, especialmente as bacias de Zaire, Zambezi e Cubango, rega as profundas e inférteis áreas de Kalahari, que abrangem mais de 30% do país.

O clima varia de tropical a subtropical, e é caracterizado pela estação das chuvas quente e húmida e a estação seca (cacimbo) amena e seca. O litoral, especialmente no extremo sudoeste, é influenciado pela Corrente de Benguela, que resulta num clima desértico na Província do Namibe, com uma queda pluviométrica anual de 15 mm no Tombua. O norte, nordeste e partes da escarpa e do planalto central recebem quedas pluviométricas de mais de 1 200 mm por ano, durante a estação das chuvas, nos meses de Outubro a Abril.

Biodiversidade

Angola tem uma biodiversidade excepcionalmente rica. Possui a maior diversidade de biomas e ecoregiões de África, do bioma do deserto do sudoeste a savanas áridas do sul, vastas florestas de miombo do planalto interior a florestas tropicais das Províncias de Cabinda, Zaire, Uíge e Lunda Norte. Florestas relictas de Afromontane de considerável importância biogeográfica ocorrem em vales isolados de montanhas altas nas províncias de Huambo, Cuanza Sul, Huíla e Benguela. Angola outrora abundante em mamíferos de grande dimensão foi severamente delapidada, mais ainda existem populações remanescentes dispersas de 275 espécies de mamíferos conhecidos que

sobreviveram à forte pressão da caça e da guerra. Um pequeno grupo de procriação do símbolo do país, que se acreditava durante muitos anos como extinto, foi recentemente estabelecido no Parque Nacional de Cangandala, em Malange. A rica fauna de pássaros inclui 915 espécies, enquanto foram registados a existência de 266 espécies de peixe de água doce. Ainda não foram compiladas listas exactas para a fauna de répteis e de anfíbios do país, mas existem pelo menos 78 anfíbios e 227 espécies de répteis em Angola. Foram registadas mais de 6 650 espécies de plantas, incluindo a única *Welwitschia mirabilis* – um “fóssil vivo” que representa uma das primeiras famílias de plantas conhecidas.

Cobertura vegetal

A falta de um mapa de vegetação actual, detalhado e exacto de Angola resulta em informação conflituosa reportada sobre a dimensão e tendências da flora e outra cobertura vegetal no país. A situação é ainda mais complicada pelo uso de diferentes definições para as unidades estruturais e fito-geográficas da vegetação. Uma análise da cobertura das diferentes unidades de vegetação mapeadas por Barbosa (1970) apresenta as seguintes áreas com maiores agrupamentos, em quilómetros quadrados, reflectindo o potencial ao invés da cobertura existente (Tabela 2). A contribuição da percentagem de cada agrupamento para a cobertura do solo do país também está indicada.

Solos

Mais da metade do país possui areias inférteis – solos arenosos – do sistema de Kalahari e o resto do país é composto por solo infértil, solos ferralíticos. Apenas 10% dos solos do país são considerados como tendo potencial agrícola, e apenas 2,8% dos solos são considerados como tendo potencial para culturas permanentes.

Hidrologia

O plano central de Angola e os planaltos do interior fornecem captações da maior parte dos rios da África Central, incluindo 47 bacias hidrográficas, sendo as mais importantes as do Zaire, Zambezi, Cuando, Cuito, Cubango, Cunene e Cuanza. As captações destes rios são as mais importantes fontes de água que alimentam a África Austral, sendo transnacionais sete das nove principais bacias hidrográficas de Angola. A protecção destas captações, através de práticas de gestão integrada, é de alta prioridade. A maioria das águas a montante ainda está relativamente intacta, e medidas apropriadas podem garantir a sua produção de água e múltiplos bens e serviços para as populações que delas dependem.

Recursos minerais

O país é rico em recursos minerais – principalmente em petróleo e diamantes. A produção do petróleo abeira-se actualmente de 2 milhões de barris por dia, e a produção de diamantes ultrapassa 8,4 milhões de quilates por ano. Outros minerais

importantes incluem o minério de ferro, fosfato, cobre, feldspato, ouro, bauxite, urânio, zinco, chumbo, volfrâmio, manganésio e estanho.

Tabela 2: Análises da cobertura mapeada por Barbosa, área ocupada pelos principais agrupamentos de vegetação/habitat (Huntley, 2010)

Agrupamento	Área, km ²	(%)	Comentários
Florestas húmidas	27.879	2,2	A cifra para florestas húmidas – tais como as floresta de Maiombe e Dembos, exagera a sua área, que é provavelmente não mais que 15 000 Km ² .
Mosaico de floresta-savana	295.930	23,5	Os mosaicos de floresta-savana são compostas por savanas de pradaria que predominam na área, com pequenos fragmentos de floresta, muitas vezes restringidas a galerias fluviais ou ravinas nas encostas e montanhas. Este agrupamento inclui savanas de não-miombo, árvores de folhas largas, diversificadas do norte de Angola.
Floresta de afromontane	170	0,01	As restantes parcelas da floresta da árvore Afomontane não excedem provavelmente 400 ha, restritas a algumas ravinas nas montanhas do Huambo e nos planaltos do Cuanza Sul.
Matas e savanas de miombo	671.806	53,5	As matas e savanas de miombo, dominadas por espécies de <i>Brachystegia</i> , é a mais importante unidade de vegetação de Angola, com pelo menos 50% da paisagem original coberta por várias matas de miombo e demarcações de linhas de drenagem que caracterizam esta formação. Embora persistam algumas vastas áreas de mata de miombo alto, especialmente em Malange, Moxico e Cuando Cubango, a maioria das matas altas (estão incluídas como “florestas” na maioria das análises globais), foram transformadas em terrenos de vegetação rasteira e savanas abertas em torno das áreas urbanas.
Mata e matagal de mopane	78.109	6,2	Matas e matagais de mopane, dominados por <i>Colophospermummopane</i> , estão a ser transformadas rapidamente em carvão e lenha, especialmente nas províncias de Cunene e do Namibe.
Savanas e moitas de Acacia/Adansonia	57.521	4,6	As moitas e savanas áridas estão também a ser transformados, para carvão, ou através da invasão por espécies exóticas de <i>Opuntia</i> por densas moitas impenetráveis de <i>Dichrostachyscinerea</i> .
Pradaria edáfica	110.945	8,8	As pradarias edáficas das vastas planícies aluviais e zonas húmidas sazonais de Angola abrangem uma área bastante considerável. Devido às suas condições edáficas, elas são pouco usadas para agricultura e continuam relativamente não transformadas.
Deserto	14.340	1,1	O Deserto do Namibe está relativamente bem protegido em Angola, estando a maior parte da sua área dentro Parque de Iona e da Reserva Parcial do Namibe. As altas densidades dos assentamentos pastorícios ao longo da periferia destas áreas protegidas conduzem a séria degradação destes ecossistemas áridos.

2.2 Gestão de Recursos Naturais e suas dinâmicas

Causas chave de mudanças

A rica base dos recursos naturais de Angola sofreu das deficientes práticas de gestão desde a era colonial, exacerbada pelos efeitos da guerra. As causas primárias dos actuais processos da degradação ambiental são diversas, mas estão enraizadas na pobreza e no uso da lenha e do carvão como fontes primárias de energia para as populações rurais e urbanas. As causas chave de mudança na sustentabilidade dos principais ecossistemas de Angola e dos bens e serviços que fornecem estão resumidos na Tabela 3 abaixo.

Os resultados destes processos, e a falta de respostas efectivas a elas, incluem a perda de espécies, erosão do solo, poluição da água, esgotamento de existências de pescas, diminuição na produtividade agrícola e a perda de resiliência às alterações climáticas, e subsequentes perdas de benefícios para as populações que delas dependem.

Práticas agrícolas e degradação dos recursos

As práticas agrícolas tradicionais dominam o sector agrícola, com aproximadamente 85% das populações rurais a viver apenas da agricultura de subsistência. A agricultura comercial cobre menos do 1% do país, principalmente no planalto central, fértil e abastado em água. A maioria das culturas alimentares – milho, café, açúcar, amendoim, feijões, etc – baixou para 10% dos seus níveis de produção pré-independência, mas a produção de mandioca aumentou e continua a ser o alimento base.

As práticas de cultivo insustentáveis são responsáveis pela séria degradação dos solos no país. **A cultura itinerante** devido à má fertilidade do solo, má qualidade das sementes, inadequados serviços de extensão e falta de acesso a finanças, constitui parte do ciclo vicioso do empobrecimento rural, tanto do bem-estar humano como dos recursos naturais.

Tabela 3: Causas chave de mudança nos principais ecossistemas, suas tendências e actuais impactos

Sistema \ Propulsor	Alteração do habitat	Alterações climáticas	Espécies invasoras		Sobre-exploração		Poluição por mineração ou outras actividades
			Estado	Espécie	Estado	Por	
<i>Floresta perenifolia húmida</i>	Grave, crescente	Desconhecido	Grave	<i>Chromolaena</i>	Grave	Carvão; corte de árvores em toros; agricultura	Localmente importante
<i>Matagal de miombo</i>	Grave, crescente	Desconhecido	Limitado	Algumas espécies	Grave	Carvão; cultura itinerante;	Limitado
<i>Floresta de montane</i>	Muito grave	Potencialmente sensível	Limitado		Grave	Carvão, agricultura	Inexistente
<i>Matagal de mopane/acácia</i>	Grave/crescimento rápido	Desconhecido	Localmente grave	<i>Opuntia</i>		Sobrepastorio; carvão	Limitado
<i>Águas interiores – bacias hidrográficas</i>	Localmente grave	Potencialmente sensível	Localmente grave	<i>Eichornia</i>		Hidroelectricidade; Cuanza; Cunene; (Cubango)	Lunda Norte; Cuanza; Bengo
<i>Águas interiores – zonas húmidas</i>	Limitado	Desconhecido	Localmente grave	<i>Eichornia</i>	Limitado		Lunda Norte
<i>Ecossistemas marinhos</i>	Localmente sensível	Desconhecido	Desconhecido		Grave	Pescas pelágicas e costeiras	Localmente grave (por instalações de petrolíferas)

Não obstante o abuso dos fertilizantes químicos no sector agrícola ser uma das actividades mais poluidoras dos solos e da água, ainda não há preocupação a este respeito em Angola. Actualmente, o uso de **fertilizantes** para melhorar as produções das culturas em Angola situa-se entre os mais baixos do mundo – com uma média de 2 kg/ha, comparado com 9 kg/ha para o resto da África Subsaariana e 83 kg/ha para todos os outros países em vias de desenvolvimento. Porém, o original pobre conteúdo de material orgânico nos solos Angolanos juntamente com a falta de adição externa contribuem para maiores perdas da matéria orgânica dos solos, da fertilidade, capacidade de retenção da água, e a resiliência à erosão do solo, resultando subseqüentemente em uma disrupção dos serviços dos ecossistema, segurança alimentar, e abastecimento de água.

O pastoreio, o **sobrepastoreio**, constitui uma preocupação nas partes central e sudoeste do país – exacerbado por problemas de regime fundiário. Os conflitos entre os ocupantes de terra comunais e privados aumentaram porque os deslocados regressam às terras tradicionais, ou procuram acesso às fazendas comerciais do período colonial. O re-assentamento e a reintegração com êxito dos deslocados, com arranjos do regime fundiário claramente definidos, e com o adequado apoio do serviço de extensão, constituem uma componente crítica da gestão sustentável da terra no período pós-guerra em Angola.

Más práticas de gestão da terra, especialmente no sector agrícola, podem levar a degradação dos solos, e se exacerbado por outros factores, tais como períodos áridos nos ciclos de chuva, alterações em padrões de assentamentos humanos, alterações climáticas, etc, podem levar a desertificação. Como consequência do conflito militar, pressões da população rural localizadas e a rápida urbanização nas principais cidades, conduziram à sobre-exploração, exaustação e erosão dos solos. O Ministério de Agricultura estima perdas de solos devido à erosão em 20 milhões de toneladas por ano – equivalente a perda de capacidade de alimentação para 50 000 pessoas.

Um conjunto de diferentes processos, muitas vezes confundidos com a desertificação, pode ocorrer onde são estabelecidas aldeias (tais como Tombua e Namibe) nos ecossistemas das dunas do deserto. Têm de ser estabelecidas e mantidas barreiras artificiais para prevenir que movimentos de dunas ameacem os assentamentos urbanos.

Atear fogo para limpar a terra para agricultura, melhorar o forragem para o gado e produzir carvão, torna Angola o país com maior frequência de fogo incontrolável no mundo. As persistentes queimadas de savanas, matagais e florestas resultaram em graves níveis de perda da biodiversidade, principalmente das florestas de Afromontane do planalto central.

Plantas exóticas invasoras, mais particularmente *Chromolaena*, *Eichornia* e *Opuntia* aumentaram rapidamente o seu impacto na agricultura rural, pescas e terrenos de pastos. A *Chromolaena* espalhou-se pelas regiões de florestas húmidas de Cabinda, Zaire, Uíge, Malange e Cuanza Norte, impondo grandes obstáculos à preparação dos terrenos para as culturas. A *Eichornia* infestou muitos rios ao longo da costa, vedando fornecimentos de oxigénio para áreas de piscicultura nas lagoas, e ameaçando os bens de subsistência de pescadores artesanais. A *Opuntia* cobre muitas encostas e vales das áridas escarpas das províncias de Namibe, Huila e Benguela, reduzindo a capacidade de pasto para os pastores tradicionais.

Desflorestação

O uso incontrolado de madeira para fins comerciais e para combustível pelas populações rurais e urbanas levou à desflorestação em florestas chave do país, resultando em perdas de espécies, e no final de contas ao empobrecimento das comunidades humanas locais. A perda de serviços de ecossistema tais como reduzida produção da água nas captações, e elevados débitos sólidos e acrescida vulnerabilidade às cheias estão entre as consequências directas do problema da desflorestação.

O impacto da sobre-exploração das florestas para abate de madeira, e particularmente produção de carvão vegetal, atingiu proporções graves, e em muitas áreas levou a graves problemas de erosão do solo e degradação dos solos. Mais de 80% da energia doméstica global consumida em Angola provém da biomassa da madeira. O cultivo de floresta, desde a era colonial, cobre uma área de 148 000 ha, principalmente ao longo dos caminhos de ferro de Benguela, estando a maioria num estado avançado de negligência e afectados por danos causados pelo incêndio.

As estimativas da desflorestação indicam uma taxa rapidamente crescente de perda de floresta desde 2002. As taxas de transformação da floresta e matagal estão estimadas em mais de 150 000 ha por ano – entre 0,9% a 1% - da cobertura florestal por ano. Apenas 8% da população têm acesso à electricidade, e não obstante a economia ser rica em petróleo, o uso doméstico de gás natural liquefeito é mínimo. O carvão vegetal não é apenas a principal fonte de energia doméstica, substituiu também a produção alimentar como uma cultura de rendimento em algumas áreas rurais - dependendo até 50% da população rural da produção do carvão vegetal para a sua subsistência, uma vez que os camponeses pobres trocam a produção alimentar de subsistência pelo carvão vegetal como uma cultura de rendimento. As imagens de satélite reflectem o alargamento dos círculos de desflorestação em todas as áreas urbanas de Angola, e em todas as faixas largas do interior rural, especialmente nas áreas com elevada densidade populacional das províncias de Huambo, Bié e Huíla.

A importância em reduzir a desflorestação ruínosa e reabilitar as florestas degradadas é fundamental para se alcançar as metas deste Programa. A implementação de um

forte sistema regulatório no sector florestal é fundamental para mitigar as alterações climáticas através de três processos:

- Substituir a energia de combustível fóssil pela bio-energia renovável;
- Prevenir emissões mediante a manutenção e reforço de poços do bio-carbono; e
- Remover o carvão da atmosfera por meio o estabelecimento de novos poços de bio-carbono.

Perda da biodiversidade e inadequado apoio para áreas protegidas

A perda da biodiversidade é um resultado visível da desflorestação incontrolada e pressão da caça ao longo de várias décadas. Os sistemas de gestão e protecção nos parques nacionais e outras áreas protegidas têm sido inadequadas ou completamente inexistentes desde a década de 1970, tendo, a maioria dos mamíferos de grande porte, pássaros e reptéis, sido dizimada ou levadas a extinção local durante a guerra. Fora das áreas protegidas, a situação é pior, com a caça da carne a complementar o comércio de carvão como uma grande componente da economia de subsistência rural.

O sistema de áreas protegidas de Angola é de 68 000 km², ou menos de 6% do país – a percentagem mais baixa comparativamente em qualquer outro país de África. Uma avaliação da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) levada a cabo em 1992 concluiu que a população da fauna selvagem em Angola regista uma diminuição dramática desde 1975. Algumas populações de mamíferos de maior porte sobrevivem, particularmente nas principais áreas de conservação como Quiçama, Bicuar e Iona. A avaliação da IUCN concluiu que “É provável que as populações de 21 espécies (gorila, chimpanzé, cão selvagem, hiena castanha, leão, chita, peixe-boi, elefante, rinoceronte, rinoceronte negro, zebra-de-hartmann, hipopótamo, girafa, palanca negra gigante, puku (*Kobus vardonii*, antílope), Bubálo-vermelho (*Alcelaphus caama*, antílope), Bubálo-de-Lichtenstein (*Alcelaphus lichtensteinii*, antílope), Tsessebe (*Damaliscus lunatus*, impala de cara preta) tenham sido reduzidas para o limiar da extinção, ou já estão extintas em Angola”.

A situação criticamente vulnerável nas áreas protegidas de Angola foi confirmada numa avaliação oficial detalhada levada a cabo pelo MINAMB em 2004. Em Quiçama, agora sob a gestão de uma ONG (Fundação Kissama), tendo a área efectiva do antigo parque sido reduzida de 996 000 ha para uma área vedada de 10 000 ha, na qual foi introduzida uma variedade de espécies mista (incluindo a zebra, gnu azul/boi-cavalo, girafa, kudu, avestruz – não anteriormente registada em Quiçama) de populações provenientes de Namíbia, Botswana e África do Sul.

O desequilíbrio da representação de biomas e ecossistemas na rede das áreas protegidas de Angola também constitui motivo de preocupação. Embora as savanas áridas e sistemas de deserto estejam bem representados, as planícies, a escarpa, e florestas de montane, que em conjunto incluem uma grande parte da biodiversidade

de Angola, não têm protecção formal. A rara, endémica e criticamente ameaçada avifauna destas florestas precisa de protecção urgente. A área total de florestas de Afromontane em Angola é actualmente inferior a 400 ha – separada por mais de 2 000 km dos tipos de florestas relacionadas mais parecidas em Camarões, leste da República Democrática do Congo e a escarpa Sul-africana.

Esgotamento dos recursos marinhos

A colheita insustentável de recursos vivos e a pesca excessiva e incontrolada levaram ao declínio nas existências de peixe nas pescas chave. Os ecossistemas costeiros, particularmente os mangais, têm sido fortemente explorados para carvão e materiais de construção. As praias de nidificação sazonais de várias espécies de tartaruga marinha – tartaruga-gigante, tartaruga-das-Guiana, tartaruga verde – são fortemente perturbadas e tanto os animais como os ovos são colhidos para alimentação por milhares de deslocados que vivem ao longo da zona costeira.

Práticas de mineração

O impacto das minas de diamante aluviais nas redes hidrográficas, e as plataformas petrolíferas no mar e na terra, levou à degradação ambiental, com uma clara necessidade para enquadramento e aplicação das avaliações de impacto ambiental e monitorização dos danos ambientais na indústria extractiva. Muitos afluentes da rede hidrográfica do Congo que flui através de concessões de mineração de diamantes na Lunda Norte, foram totalmente destruídos por mineração aluvial desregulada – seja através do desvio do curso do rio ou da mineração a céu aberto de extensivas áreas de planície aluvial, liberando água tratada com elevadas cargas de sílice e sedimentos directamente de volta ao curso do rio. As restantes florestas-galerias prístinas e zonas húmidas na Lunda Norte precisam de protecção urgente contra similares impactos de mineração.

Processos de alterações climáticas

Existe actualmente forte evidência científica para apoiar o ponto de vista que afirma que a actividade humana, particularmente a combustão de combustíveis fósseis e a alteração acelerada do uso da terra, está a causar taxas jamais vistas de alterações climáticas devido ao rápido aumento de gases de “estufa” atmosféricos. ~~Existem indícios de que Angola contribui para aumentar emissões de gás de estufa a um nível mais elevado que a maioria dos países Africanos, e uma taxa de aumento superior que a maioria dos países no mundo. Isto resulta do~~ rápido crescimento económico de Angola, liderado pelo sector petrolífero, as elevadas emissões fugitivas da indústria petrolífera, e elevadas taxas da desflorestação para a produção de lenha, carvão vegetal e a limpeza de solos para fins agrícolas pode fazer com que aumentem as emissões de gás de estufa em Angola nos próximos anos. Estão a ser implementadas

medidas de políticas para reduzir os impactos do sector petrolífero, mas a redução da deflorestação e da produção de carvão ainda constituem preocupações.

As alterações previstas no clima para Angola ainda não foram determinadas de forma pormenorizada ou com qualquer confiança, mas os modelos de clima regionais sugerem que o clima de Angola sofrerá um aquecimento de até 3°C, e as suas quedas pluviométricas anuais diminuirão em até 25%, até 2050. Independentemente dos pormenores sobre as alterações em temperatura e precipitação, a preocupação fundamental consiste no impacto que mesmo as alterações médias menores poderiam ter na frequência e intensidade de eventos extremos – tais como cheias ou seca.

As cheias reiteradas das captações de Cuvelai/Cunene, a deslocação de milhares de pessoas, ~~e as cheias previstas para 2011~~, indicam o tipo de tendência esperada. Caso os períodos húmidos ~~tais como o actual~~ sejam seguidos de período de seca, as bacias hidrográficas do Zambezi, que abastecem 32 milhões de pessoas em sete estados tanto em água como em energia hidroeléctrica, poderiam sofrer um impacto negativo. De igual modo, qualquer redução na produção da água dos rios Cubango e Cuito terá impactos profundos nas comunidades de Cuando Cubango, e no ecossistema do Okavango – de importância crítica para os dois estados vizinhos.

De especial preocupação é o facto do impacto das alterações climáticas serem mais severas para as populações pobres, tanto nas zonas rurais como urbanas, a maioria das comunidades vulneráveis, dependentes como são dos bens e serviços dos ecossistemas sofreriam os impactos das alterações climáticas de forma mais severa. Enquanto o rico urbano pode adaptar-se às crises adquirindo bens e serviços importados, o pobre não pode. Também são mais vulneráveis a doenças, como a malária, que propagarão mais rapidamente em condições mais quentes, ou doenças de origem hídrica, tais como a cólera que se propaga durante os eventos de cheias. Apresenta-se abaixo um resumo do potencial impacto das alterações climáticas em Angola, e possíveis respostas de adaptação.

Restaurar e manter intactos os sistemas de linhas de separação de águas simultaneamente mitiga e adapta às alterações climáticas. Reduzir a deflorestação e degradação, e restaurar os ecossistemas degradados, mitigam as alterações climáticas através da redução de potenciais emissões de gás de estufa, e reforça a captura e retenção (sequestro) de dióxido de carbono atmosférico na biomassa e nos solos. Além disso, linhas de separação de água intactas e funcionais fornecem bens e serviços, tais como redução de cheias, protecção do solo, estações de plantio prolongadas para produção de culturas alimentares e maior resiliência de ecossistema às pressões resultantes das alterações climáticas ou da gestão insensível dos solos.

Resumidamente, as linhas de separação de águas intactas e funcionais proporcionam uma situação de ganho mútuo para o ambiente e o bem-estar humano.

Tabela 4: Impactos das alterações climáticas e respostas de adaptações

Impacto de alterações climáticas	Possíveis respostas de adaptação
<p><i>Água</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Diminuição em escoamento superficial - Diminuição no caudal dos rios - Diminuição na água sub superficial - Cheias 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorada gestão de captação - Melhorada gestão de recursos aquáticos - Prevenção de sobre - extracção a montante - Melhorado planeamento de povoamento rural
<p><i>Energia familiar</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Diminuição a regeneração da floresta (diminuição das chuvas e aumento do fogo e sobre-exploração) 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de fogões energeticamente eficientes e melhorada eficiência na produção do carvão; - Uso de fontes de energia alternativas, onde apropriado
<p><i>Biodiversidade</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Desflorestação reduz a diversidade de habitats para espécies associadas - Aumento na frequência de incêndios altera a estrutura do habitat - Diminuição de caudais de rio ameaça sistemas de zonas húmidas - Alterações na distribuição das espécies 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoradas as práticas de gestão florestal - Melhorada a gestão do pasto - Melhoradas as práticas de gestão da captação - Desenvolvimento do plano de conservação das espécies para espécies ameaçadas de extinção

2.3 Contexto sócio - económico

População

As estimativas da população do país rondam os 16 a 18 milhões de habitantes, com mais de 60% de idade inferior a 20 anos. A esperança de vida ronda **46,551,1** anos de idade (Relatório do Desenvolvimento Humano – [Africa \(2012\)](#)–[RDH-2009](#)).

Acredita-se que o conflito armado de Angola tenha causado pelo menos 1,5 milhões de mortes e cerca de 4 milhões de deslocados internos. Desde 2002, mais de 470 000 regressados chegaram ao país vindos de países vizinhos, com muito poucas

oportunidades de emprego. Durante a guerra registou-se um rápido crescimento de áreas urbanas, especialmente de áreas peri-urbanas, actualmente responsáveis por albergar 60% da população, principalmente nas principais cidades, liderada por Luanda (6 milhões), Benguela (1 milhão), Huambo (2 milhões), e Lubango (1 milhão).

Os pobres rurais são os mais dependentes de todos os sectores da sociedade dos bens e serviços fornecidos pelos ecossistemas, e desse modo mais vulneráveis a qualquer deterioração destes. A situação nas áreas peri-urbanas das grandes cidades de elevada densidade populacional é amiúde pior, porque os pobres urbanos têm decididamente menos acesso aos serviços básicos dos ecossistemas como a água, lenha, alimentos e medicamentos disponibilizados pela natureza.

Economia

A economia Angolana é forte e cresce rapidamente. O orçamento de Estado para 2010 é de USD 44 bilhões. A Ajuda Oficial ao Desenvolvimento contribui apenas com 1,5% no PIB (comparado com 55% em Moçambique). A economia é dominada pelo sector petrolífero. Angola é o quarto maior produtor de petróleo em África, sendo a produção actual, principalmente offshore, de quase 2 milhões de barris por dia. O sector petrolífero é responsável por 54% do PIB, 78% das receitas governamentais, e 96% das exportações. É de capital intensivo e emprega quase exclusivamente trabalhadores altamente qualificados – um total de 12 000 ou apenas 3% da força de trabalho nacional.

A economia é dual, com poucas grandes empresas e muitas pequenas empresas maioritariamente no sector informal. As indústrias extractivas, a construção e finanças são dominadas por empresas de capital intensivo, sofisticadas e bem estruturadas. As empresas do sector informal e de pequena dimensão são responsáveis por 68% dos negócios nas áreas urbanas. Para o sector informal, existem muitas barreiras microeconómicas para entrar no sector formal – incluindo o acesso limitado a mercados e finanças. Existe a necessidade de melhorar a distribuição de recursos e oportunidades para se alcançar a meta do governo de uma sociedade mais equitativa e próspera.

Pobreza

Como uma consequência directa da guerra, a pobreza é um problema grave, sendo considerado que o 68% da população total (95% em áreas rurais, 57% em áreas urbanas) vive abaixo da linha da pobreza de USD 1,70 por dia per capita. A pobreza urbana resultante do desemprego afecta 46 a 48% da população.

Quadro 2 – Indicadores da Pobreza (2001; 2008/09; 2015)

Indicadores	2001	2008/09	2015

Comentário [a5]: REVISAR a linguagem

Comentário [J6]: Os dados de 2009 relativos à meta de redução da pobreza em Angola revelam um progresso significativo, conforme os resultados do Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP 2008-09), apresentados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

A proporção de pessoas com rendimento inferior a 1 dólar por dia, de 68% em 2001, passou para 36,6% em 2009.

Embora o comportamento do indicador nacional seja uma boa novidade, ainda se registam no país grandes assimetrias territoriais com respeito à pobreza. Segundo o IBEP, em 2009 a proporção de pobres na zona urbana era de 18,7%, quase metade da proporção nacional, enquanto a zona rural pobre representava 58,3% do total da população do interior do país. Ou seja, em cada 100 habitantes do meio rural, 58 são pobres, enquanto nas áreas urbanas essa relação é de 19 para 100.

População abaixo da linha de pobreza (%)	68	36,6	34
Área urbana (%)	...	18,7	
Área rural (%)	...	58,3	

Formatada: Português (Portugal)

Fonte: IBEP (2008-2009)

Muitos pobres são ~~armadilhados~~ obrigados a uma espiral de baixa produtividade, rendimentos baixos e baixos investimentos, tornando difícil para eles livrar-se da pobreza. Os indicadores sociais para Angola situam-se entre os mais baixos do mundo. O coeficiente Gini de Angola era de 58,6 (RDH, 2009) e o seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) continua baixo: 0,486 em 2011 (Relatório de Desenvolvimento Humano – África, 2012)~~0,564 em 2007~~.

Nas áreas rurais, a economia é baseada em pequenos agricultores com pequenos lotes de terra cujo tamanho médio ronda 1,6 ha. A produtividade é particularmente baixa, mesmo em termos do padrão Africano, com produções apenas a 50% da média Africana. A situação é uma consequência do mau acesso ao capital, mau acesso a mercados, uma quase ausência de fertilizantes e limitado acesso às utilidades públicas por parte das comunidades camponesas rurais. A agricultura emprega 70% da força de trabalho, mas gera menos de 10% do PIB. Altos níveis de pobreza, combinados com baixos níveis da produtividade agrícola, tornaram a maioria de Angolanos ainda dependentes dos bens e serviços dos ecossistemas, muitos dos quais sob forte pressão de sobre-exploração.

A pobreza é o principal propulsor da decadência ecológica e ambiental em Angola.

Tendências de desenvolvimento emergentes

Desde o fim da guerra em 2002, Angola passou por uma profunda transformação socioeconómica, em particular:

- de uma situação de guerra, destruição e deslocação da população, para uma situação de paz, reconstrução nacional e re-assentamento da população;
- de uma economia centralizada para um processo de evolução para uma economia de mercado;
- de um regime centralizado para um regime de delegação de poderes, para uma descentralização provincial e municipal.

A recuperação económica pós-guerra, não obstante a crise global, está bem em curso, com um crescimento de dois dígitos em sete dos oito anos de paz, iniciada em 2002. A perspectiva económica de médio prazo é positiva e a crescente forte disciplina económica pressagia um bom futuro. Mas o país enfrenta três grandes desafios macroeconómicos – (i) gerir a sua riqueza petrolífera antes do início do declínio da produção petrolífera para assegurar a sustentabilidade fiscal e da dívida a longo prazo;

(ii) melhorar a sua competitividade económica; e (iii) desenvolver a sua economia não petrolífera/não-extractiva.

O processo de desenvolvimento tem impactos ambientais directos e oportunidades associadas com as políticas de:

- re-assentamento e alojamento de vários milhões de deslocados
- conversão profissional de pessoal militar desmobilizado
- intensificação da produção agrícola
- reabilitação de infra-estruturas físicas
- incentivos para o investimento privado em todos os sectores, incluindo o turismo
- promoção da participação da sociedade civil no processo de desenvolvimento.

O PNUD adoptou uma orientação “pró-pobre” no seu CPAP para Angola. As oportunidades a ser criadas no sector do ambiente para atender aos desafios de pobreza e desemprego estão a ser abordados tanto através do apoio às instituições governamentais chaves, mas também via sector privado – criando novos e inovadores modelos de negócios para investimentos comercialmente viáveis.

~~Apoiar todo o PAEA constituirá uma ênfase no desenvolvimento da capacidade e enquadramento de políticas. Ainda é fraca a capacidade humana no domínio da gestão ambiental. Não obstante a emergência de um significativo número de jovens profissionais ao longo da última década, a dimensão e a complexidade dos problemas ambientais que o país enfrenta excede a capacidade nacional. Agravando ainda mais o problema é a relutância da maioria dos jovens Angolanos em procurar emprego em locais isolados e mal servidos, tais como em comunidades rurais e parques nacionais.~~

2.4 Política, contexto institucional e legal

Quadro legal e reforma legal

A Constituição Angolana contém uma ampla disposição para uma gestão ambiental equitativa e disciplinada. ~~A Lei Constitucional da República de Angola no seu artigo 39º assegura o direito a todos os cidadãos de viver num meio ambiente sadio e não poluído.~~

O processo da reforma legal pós-independência tem sido abrangente, inovador e ambicioso. O mesmo concluiu alguns instrumentos legais fundamentais relacionados ao ambiente, sendo o mais importante a Lei de Bases de Ambiente de 1998. A Lei de Bases de Ambiente constitui a referência de base dos novos instrumentos legais para a protecção ambiental desenvolvida nos últimos anos, particularmente no que diz respeito aos seus Artigos 5º e 6º:

“Alcançar de forma plena um desenvolvimento sustentável em todas vertentes da vida nacional” (Artigo 5), integrando os aspectos do meio ambiente no processo do desenvolvimento socioeconómico;

“Estabelecer responsabilidades de todos os agentes – governamentais, privados e sociedade civil – cujas actividades tenham qualquer influência no ambiente através da utilização ou gestão do meio ambiente” (Artigo 6º), e define as directrizes gerais para cada uma destas responsabilidades.

Foi promulgada uma pletora de leis e decretos cobrindo vários aspectos do meio ambiente e recursos naturais, mas têm recebido raras vezes recursos financeiros, capacidade humana ou recursos institucionais necessários para tornar possível a sua implementação. Muitos instrumentos legais sobrepõem-se nos seus poderes, e muitos são irrealistas nas suas perspectivas. A publicação da “Legislação sobre a Biodiversidade em Angola” fornece pormenores de toda a legislação ambiental promulgada até 2006. No Programa Nacional de Gestão Ambiental fornece-se uma lista actualizada.

A recém-emergente legislação inclui a Lei sobre as Actividades Petrolíferas, Lei sobre Recursos Aquáticos, Lei das Associações da Defesa do Meio Ambiente, Lei sobre Ordenamento do Território e Urbanismo, Lei sobre os Recursos Biológicos Aquáticos, Lei de Terras, Decreto sobre Defesa do Ambiente durante as Actividades Petrolíferas, Decreto sobre a Proibição da Importação de Sementes Transgénicas Geneticamente Modificadas, Lei de Bases sobre o Desenvolvimento Agrícola, Decreto sobre a Avaliação do Impacto Ambiental e o Decreto de Licenciamento Ambiental.

Programa Nacional de Gestão Ambiental (PNGA)

O processo pós-guerra da reconstrução nacional colocou ênfase acrescida no processo do desenvolvimento sustentável através das melhores práticas ambientais como uma determinante essencial para se atingir o desenvolvimento e o bem-estar humano. O compromisso do governo para com esta meta vem expresso no PNGA, que, em conformidade com a Lei de Bases do Ambiente, é um veículo fundamental para se alcançar as metas da defesa e utilização sustentável do meio ambiente. Apresenta-se abaixo os objectivos específicos do PNGA:

- Definir acções prioritárias na gestão ambiental, com base na importância destas e nos recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis;
- Promover a coordenação intersectorial e a participação geral da sociedade na gestão ambiental;
- Contribuir para a formação da consciência ambiental e do desenvolvimento de uma cultura de defesa do meio ambiente, a todos os níveis, criando mecanismos para a participação da população em acções e decisões relativas à gestão ambiental;

- Estabelecer medidas técnico-administrativas para a defesa de ecossistemas e recursos naturais do país, e para garantir uma boa qualidade de vida a todos os Angolanos;
- Promover controlos ambientais nas actividades que usam os recursos naturais ou que possam causar algum dano ao meio ambiente, desenvolvendo os requeridos instrumentos legais, técnico e administrativos para a política e gestão ambiental;
- Desenvolver estruturas ambientais e capacidade profissional necessárias para a implementação responsável da política de gestão ambiental, o PNGA e outras estratégias sectoriais;
- Promover a elaboração e implementação das políticas, estratégias e planos ambientais e os correspondentes planos de investimentos ambientais, e suas revisões periódicas.

O PNGA alarga o seu âmbito de responsabilidade ambiental a partir do foco do período colonial sobre a fauna selvagem (Decreto nº 40.040 de 1955, ainda em vigor até a promulgação da LFFSCT) para uma visão centrada nas pessoas com valores ambientais. O PNGA fornece o quadro para a intervenção do PNUD no sector do meio ambiente.

Lei das Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação Terrestres (LFFSCT)

Um importante instrumento legal referente à biodiversidade, que aguarda aprovação é a Lei das Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação Terrestres.

A nova proposta de lei abarca todos os aspectos da conservação e utilização sustentável das florestas e fauna selvagem, ou mais apropriadamente, a biodiversidade de Angola. É um instrumento jurídico de vital importância para o alcance da meta do Programa.

A Lei das Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação Terrestres define as florestas, como qualquer ecossistema terrestre contendo cobertura de árvores, ou de arbustos ou de outra vegetação espontânea, incluindo os animais selvagens e microrganismos nela existentes.

A lei abrange toda a gama de questões da gestão da biodiversidade – incluindo a definição de mecanismos para a defesa de espécies raras, endémicas e ameaçadas de extinção, ecossistemas vulneráveis e ameaçados de extinção, recursos genéticos, árvores e manchas florestais protegidas, regeneração *in situ* e *ex situ*, classificação de áreas de conservação, caça e outras formas de utilização das florestas, tanto naturais como exóticas.

Em extensão e pormenor, ela preenche adequadamente as existentes lacunas na legislação transportada do período colonial – ainda em vigor, mas sem qualquer implementação efectiva. Importa dizer que, ela define os respectivos papéis do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e do Ministério do Ambiente, embora a redacção usada para distinguir a separação das responsabilidades seja amiúde um pouco obscura, e pode possivelmente levar a uma interpretação confusa.

Na Parte IV da Lei, sobre Áreas de Conservação Terrestres, Artigo 223, vem plasmado que “Cabe ao Ministro que superintende a política ambiental, a supervisão e coordenação das medidas de política relativas à protecção do ambiente, a espécies da flora e da fauna, bem como a execução das medidas de política relativas à gestão das áreas de conservação”. Esta responsabilidade pelas áreas de conservação é esmiuçada claramente no Artigo 225 (c), que se refere a “organismos da administração indirecta do Ministério que superintende a política ambiental que venham a ter atribuições de administração de áreas de conservação”.

No que diz respeito ao controlo das actividades nas áreas de conservação, o Artigo 239 diz “A vigilância e guarda das áreas de conservação previstas na presente lei, cabe ao corpo de guarda das áreas de conservação” – e o Artigo 241(c) refere-se à organização e funcionamento do corpo de guarda das áreas de conservação “a ser criado por decreto”. É urgente a implementação da legislação para se garantir a protecção das áreas de conservação de Angola.

Convenções Internacionais

Angola ratificou a maioria dos Acordos Multilaterais Ambientais (AMAs), como o CBD, CCD, Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas de Extinção (CITES), FCCC e várias convenções e protocolos Africanos. A CITES, embora aprovada pela Assembleia Nacional, **ainda não foi publicada no Diário da República nem depositada no relevante secretariado da convenção.** A Convenção de Ramsar ainda não foi ratificada.

Em cumprimento das obrigações das Convenções do Rio, Angola preparou um Plano de Acção e Estratégia Nacional da Biodiversidade (NBSAP), que é considerado progressivo e eficaz, embora a implementação acaba apenas de começar. Criou-se uma Unidade Nacional da Biodiversidade no Ministério do Ambiente para coordenar a implementação do NBSAP. Recentemente deu-se início a outras actividades no âmbito da convenção e há progressos relativamente a implementação das disposições destes instrumentos. **Foi desenvolvido um Programa de Acção Nacional (PAN) preliminar no âmbito da UNCCD através de uma Comissão Ministerial e prevê-se que o PAN seja aprovado pela Ministra e subsequentemente pelo Conselho de Ministros num futuro próximo.**

Comentário [a7]: confirmar

Formatada: Tipo de letra: 12 pt

Comentário [a8]: confirmar

Formatada: Tipo de letra predefinido do parágrafo, Tipo de letra: 12 pt, Português (Portugal)

Formatada: Tipo de letra: 12 pt

Organização Institucional

A organização institucional na gestão ambiental continua a ser problemática, principalmente devido a atrasos na finalização da distribuição e delegação de poderes, a falta de coordenação entre actores, e a falta de dotações orçamentais adequadas.

No período pré-independência, muitos ministérios diferentes foram responsáveis pelos vários sectores dos recursos naturais, sem coordenação efectiva. Depois da independência, houve varias tentativas para proporcionar a Angola uma abordagem efectivamente integrada nas questões ambientais. Porém, a então recém-criada Direcção Nacional da Natureza e a sua sucessora, o Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), continuou focalizado nos sectores da flora e da fauna. Na sequência da Cimeira do Rio de 1992, em que esteve presente o Presidente, houve tentativas para avançar na organização institucional, incluindo a criação de uma Secretaria de Estado do Ambiente, a aprovação e adopção da Lei de Bases do Ambiente, e vários AMAs, em 1998.

As mudanças nas estruturas institucionais ao nível ministerial ocorreram regularmente, e em 2008, foi criado um novo Ministério do Ambiente. Nos termos do Estatuto Orgânico do Ministério de Ambiente (MINAMB), cabe ao Ministério:

Comentário [a9]: criado em 2008 ou 2009?

“Coordenar, fiscalizar, executar e monitorizar as políticas ambientais, nomeadamente na área da biodiversidade, tecnologia ambiental, e a prevenção e avaliação dos impactos ambientais e da educação ambiental”.

Estão em curso discussões sobre a criação de dois institutos do ambiente independentes: - o Instituto Nacional para a Defesa do Ambiente, cuja tarefa será a execução da política nacional nos domínios da pesquisa, treinamento e disseminação de informação sobre a política de gestão ambiental; e – o Instituto Nacional para a Conservação da Natureza, cujo foco estará na conservação da natureza e gestão de áreas de conservação. Aguarda-se a aprovação e o financiamento destas duas entidades.

Formatada: Tipo de letra: 12 pt

Cabe ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas o desenvolvimento do sector agrícola, rural e da flora. Uma série de institutos estão associados ao MINADRP, tal como o já mencionado IDF. Outros órgãos responsáveis pela gestão e utilização dos recursos naturais incluem os Ministérios dos Petróleos, Geologia e Minas, Energia e Águas, Educação, Saúde, Hotelaria e Turismo, Ciência e Tecnologia, Indústria e Obras Públicas.

O país está no processo de desenvolvimento de um sistema de administração da terra transparente, funcional, eficiente e eficaz que integra a realidade dos sistemas costumeiro da gestão de terras nos quadros administrativo e legislativo nacional e formal. Foi aprovada uma nova lei em 2002 e está a ser actual e amplamente debatida. Porém, continua a ser problemática a questão de terras e título de posse dos recursos.

Coordenação intersectorial

A coordenação intersectorial é responsabilidade da Comissão Técnica Multi-sectorial para o Ambiente (CTMA), criada em 2001. A CTMA visa fornecer a coordenação técnica intersectorial. O Estado promulgou uma legislação abrangente e adoptou muitas políticas em apoio a abordagens integradas, mas o enquadramento das melhores práticas ambientais pelos sectores ainda se encontra num estágio incipiente.

Capacidade humana

Porém, independentemente da estrutura legal ou da autoridade legalmente delegada, os recursos humanos são fundamentais para se alcançar os resultados do PNGA e outras agendas bem concebidas e formuladas.

Em 2004, realizou-se em Angola um inquérito nacional da capacidade relacionada com a biodiversidade como parte do NBSAP. Os resultados indicaram que a capacidade profissional existente em todos os ministérios governamentais chave, departamentos, institutos de pesquisa e universidades, é composta por 186 graduados, dos quais 13 têm Mestrados e 14 Doutoramentos. A amostra cobriu o meio ambiente, agricultura, flora, pescas, geologia e cartografia. Poucos deles estariam envolvidos directamente na conservação da biodiversidade ou gestão ambiental.

O organograma do MINAMB prevê 298 trabalhadores, incluindo 12 directores nacionais e 37 especialistas técnicos seniores, mas não existem cargos para oficiais de conservação (ficiais/guardas florestais) na sua rede nacional de grandes áreas protegidas. O actual pessoal profissional do MINAMB inclui 18 graduados de um total de 77 trabalhadores actualmente empregues – revelando um nível bastante elevado de vagas proporcionalmente ao organograma de 298 trabalhadores aprovado, mas não orçamentado.

A criação da capacidade técnica, e o seu desenvolvimento pelo país, continua a ser uma das maiores prioridades.

3 ESTRATÉGIA DO PROGRAMA

3.1. Abordagem conceptual do programa

O ~~Programa do Ambiente do PNUD/PAEA para Angola~~ procura fornecer um seguimento coerente e de qualidade das actividades que contribuem para a consecução do desenvolvimento económico e humano sustentável. Alcançar isto num país que enfrentou 30 anos de conflito armado pressupõe que a estratégia responda às realidades de um país emergente das dificuldades do passado.

São necessárias abordagens pragmáticas e assentes na realidade. Neste documento, toda a extensão das preocupações ambientais identificadas pelo governo e outros parceiros serão atendidas, mas será dada ênfase especial as intervenções que garantem o sucesso baseados numa abordagem programática focalizada em outputs exequíveis. O princípio a ser seguido é o de “pense grande, comece pequeno”. São cruciais alguns projectos que podem demonstrar realização em prazos e com orçamentos razoáveis, permitindo uma abordagem progressiva, crescente, e tendo como base modelos comprovados. Já existem histórias de sucesso, tais como a redescoberta, captura, realojamento e estabelecimento de um núcleo de procriação do símbolo nacional, a Palanca Negra Gigante, e outros.

A proposta do ~~Programa do Ambiente/PAEA do PNUD~~ é focalizada em seis pilares: enquadramento, capacitação, oportunismo estratégico, alinhamento com o governo e parceiros estratégicos, aproveitamento de lições aprendidas, e avaliação e monitorização. Embora alguns destes termos sejam familiares, outros poderiam requerer de alguma explicação.

Enquadramento

Pode ser definido como a *interiorização de metas de ambiente em sectores económicos e modelos, políticas e programas de desenvolvimento, e por conseguinte em todo o comportamento humano* – é um processo complexo e difícil. A sua importância é a base fundamental para alcançar a mudança institucional de longo prazo, o desenvolvimento sustentável. Mas tal exige várias pré-condições para a aplicação com êxito:

- Governação democrática e responsável,
- Conhecimento de questões ambientais e conhecimento de estratégias de resposta,
- Capacidade e recursos organizacionais e institucionais,
- Sistemas de comunicação efectivos entre os decisores e a sociedade civil,

- Política e legislação viáveis com implementação efectiva.

Angola possui vários destes atributos, mas é fraco em outros. A proposta Unidade de Gestão do ~~Programa de Ambiente do PNUDPAEA~~ necessitará de trabalhar com os parceiros para superar as barreiras chave ao enquadramento.

Será colocada ênfase transversal no enquadramento das responsabilidades ambientais em todos os sectores da sociedade Angolana. Alcançar este objectivo é um processo de longo prazo e não é trivial. Conforme descrito acima, o enquadramento com êxito depende de muitos pré-requisitos – tais como informação de base, instituições fortes, estruturas de poder descentralizadas, sentimento de titularidade política, participação geral, etc – muitos destes elementos ainda se encontram numa fase embrionária em Angola, e na realidade, a maioria é identificada como outputs do PNGA. Por isso, é importante ser realista sobre quão longe se espera que o enquadramento possa atingir no ~~PAEA Programa de Ambiente do PNUD~~, e na primeira fase do PNGA.

Capacitação

A capacitação também é um conceito complexo dado que envolve processos dirigidos para níveis sistémicos, organizacionais e individuais. Tal como o enquadramento, é um processo de longo prazo, não um evento. A capacitação precisa de uma abordagem de “aprender fazendo”, que implica não só treinamento mais também aconselhamento no dia-dia. A vontade de aprender e as atitudes positivas de todos os participantes no processo é fundamental para o êxito de qualquer processo de capacitação e aprendizagem. Igualmente a identificação tanto de orientadores como de orientados é essencial, da mesma forma que é essencial um forte investimento nesta componente.

Muito pode ser alcançado na fase inicial do Programa, juntando o existente grupo de talentos profissionais em Angola com a nova geração de jovens profissionais. O conceito de “faculdade invisível”, ligados por internet e através de workshops de campo cuidadosamente planeados, provou ser um processo de muito sucesso e economicamente viável no desenvolvimento de uma “massa crítica” de competências. Os referidos workshops, deverão aportar a experiência dos grandes programas existentes, assim como dos outros programas mais pequenos ou apenas iniciativas inovadoras, para discutir e resolver em conjunto os problemas comuns. Tais reuniões precisam de ser informais, mas também devem ser física e intelectualmente desafiantes. ~~Preparar tais workshops seria um papel chave para a Unidade de Gestão de Programa de Ambiente do PNUD.~~

Oportunidades a Vista

Angola possui documentos bem preparados, abrangentes e desenvolvidos através de uma ampla participação de parceiros, como o PNGA, NBSAP e a ENEA. Agora, é necessário identificar as actividades prioritárias dentro de um sem-número de necessidades nacionais que podem ser efectivamente implementadas dentro do orçamento e do prazo. Embora possa parecer lógico iniciar com a mais alta prioridade, a realidade diz que todos os itens identificados são importantes, e seguir uma sequência linear do mais alto para o mais baixo poderá não ser a mais efectiva em termos de oportunidades.

Algumas personalidades chave, existentes dentro duma ampla diversidade de parceiros e grupos de interesse, poderão ter percepções muito diferentes do que é de maior importância ou interesse. Assim, recomenda-se uma abordagem de “oportunisto estratégico” para se mobilizar a acção em que surgem os actores, doadores, instituições e oportunidades. Isto não pressupõe uma abordagem *ad-hoc*. O PNGA e o NBSAP já fornecem estratégias coerentes e abrangentes. Agora, necessita-se da implementação real no terreno – qualquer uma das actividades listadas tem mérito para o seu início. As ligações e coordenação dos esforços nacionais virão do Ministério do Ambiente e suas estruturas, assistidos pela Unidade de Gestão do ~~PAEA~~ Programa de Ambiente do PNUD.

Alinhamento com o Governo e parceiros estratégicos

O ~~PAEA~~ Programa de Ambiente do PNUD Angola está alinhado tanto a nível internacional com os quadros existentes do sistema da ONU, tais como os ODMs e os AMAs, como a nível nacional com os instrumentos legislativos do Governo de Angola. O Programa dá resposta às prioridades identificadas ao nível nacional, estando enquadrado com o CPAP, como com o PNGA.

De acordo com a ênfase que o PNUD dá a abordagem programática, este Programa procura ligar as intervenções de uma vasta gama de parceiros e actores estratégicos à estrutura central do PNGA. As intervenções individuais financiadas por ou via PNUD servirão de modelos para uma implementação com sucesso. Tendo em conta os desafios críticos dos recursos humanos em Angola, o desenvolvimento de capacidades e o fortalecimento institucional sustentarão todas as iniciativas.

Lições aprendidas

Novas iniciativas de ser guiadas por experiências prévias. Uma avaliação dos projectos realizados em Angola justifica-se para sintetizar as lições aprendidas das intervenções no domínio do ambiente.

Avaliação e Monitorização

Na concepção e implementação de todas as componentes deste Programa, atenção particular será dada à adopção de melhores práticas em sistemas de levantamento de dados de base, monitorização regular do desempenho e avaliação intermédia e final.

Algumas ferramentas tais como a de Rastreo da Eficácia de Gestão (METT), e outras similares, serão utilizadas para, através dum processo participativo, assegurar uma gestão de alta qualidade e eficiente.

3.2. Justificação do PAE Programa de Ambiente do PNUD Angola

Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

O PNUD foi designado pela Assembleia Geral das Nações Unidas para dar seguimento dos progressos rumo aos ODMs. Cabe ao PNUD identificar uma vasta gama de parceiros aos níveis global, regional e nacional para criar coligações com vista a obter apoio para ajudar os países a criar a capacidade institucional, políticas e programas necessários para cumprir os ODMs.

O Programa visa contribuir especificamente para o Objectivo nº 7 “*garantir a sustentabilidade ambiental*”, explicitamente rumo as metas A e B: “*Integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas de países e inverter a actual tendência da perda dos recursos ambientais*” e “*reduzir a perda da biodiversidade, alcançando, até 2010, uma redução significativa na taxa de perda*”, respectivamente.

O PNUD trabalha nestas áreas de intervenção prestando apoio estratégico no desenvolvimento de políticas, no desenvolvimento de capacidades nacionais para resolver as questões de desenvolvimento aos níveis operacional, institucional e estratégico, através da advocacia pela mudança, e ligando os países ao conhecimento, experiência e recursos.

Parcerias

O PNUD desenvolveu parcerias estratégicas com Fundos Fiduciários, tais como o GEF, bem como com centros especialistas como o Centro de Desenvolvimento de Zonas Áridas, a Unidade do Protocolo de Montreal e os seus próprios Centros Regionais. Dentro das agências da ONU, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP/PNUA) também é um parceiro chave do PNUD. Também são feitas ligações com instituições tais como o Banco Mundial, com o objectivo de estabelecer um apoio coordenado e eficiente assegurando a sustentabilidade ambiental. O programa batalhará para desenvolver parcerias com o sector privado, especialmente com as indústrias extractivas (petroleiras, de mineração, etc), e indústrias agro-

alimentares e florestais, em que são fortes as preocupações comuns com a saúde ambiental sustentável.

No exercício do seu mandato, o PNUD desempenhará um papel de facilitador, como intermediário catalisador de parcerias. A estratégia de criação de parcerias é orientada pelo princípio e desejo de fortalecer um sentimento de apropriação nacional e um elevado nível de sustentabilidade. As parcerias são cruciais para atingir o impacto desejado através da advocacia conjunta, partilha de conhecimento, trabalho em rede, e aumento da mobilização de recursos. O princípio da parceira reconhece o intercâmbio mútuo de conhecimento e perícia local, aconselhamento de política, melhores práticas e experiência regional.

Abordagem programática

O PNUD Angola alinhou recentemente o seu ciclo programático com o do Governo de Angola, facilitando os processos de planeamento, monitorização e *reporting*. Embora inicialmente enquadrado no ciclo de 2012~~+~~ a 2015, o Programa é pela sua própria natureza um processo de longo prazo; no fim, o Programa será revisto, reestruturado e expandido conforme as análises e nova situação determinem. Existem mecanismos de coordenação com os principais parceiros bilaterais e multilaterais (o Banco Mundial, Comissão Europeia, Banco Africano de Desenvolvimento, UNICEF, Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), UNEP, etc – mas estas precisam de ser fortalecidas e engajadas através dos programas ao invés de ter uma abordagem de projecto a projecto. A coordenação e parcerias estratégicas desenvolvidas durante o ciclo do programa possibilitarão que o PNUD lidere em algumas das suas áreas programáticas, em que tenha vantagem comparativa, permitindo melhores sinergias e coordenação bem como uma redução dos custos de transacção.

O PNUD tem consciência de várias iniciativas paralelas e potencialmente sobrepostas apoiadas por outras agências internacionais, e assegurará a interacção estreita com elas para garantir sinergias e evitar duplicações.

Embora seja um portfolio global, o PNUD ganhou experiência considerável e esteve engajada em projectos com êxito nas seguintes áreas prioritárias:

- *Quadros e estratégias para desenvolvimento sustentável*
- *Governança efectiva da água*
- *Acesso a serviços de energia sustentáveis*
- *Gestão sustentável da terra para o combate à desertificação e degradação dos solos*
- *Conservação e utilização sustentável da biodiversidade*

- *Política e planeamento nacional/sectorial para controlar emissões de Substâncias Destruidoras de Ozono (ODS) e Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs)*

Da experiência ganha nas décadas passadas, o PNUD reconhece que uma mudança institucional real precisa de apoio firme e bem focalizado durante períodos de tempo prolongados, e que todos os actores sociais chaves (sociedade civil, sector privado e instituições nacionais e internacionais) devem ser envolvidos, não apenas aquando da implementação, mas também durante a formulação, monitorização e avaliação das intervenções.

Juntamente com o programa global do PNUD para 2008-2013, que contém metas e alvos específicos para o trabalho do PNUD sobre o ambiente, as estratégias corporativas tais como “Enquadramento do Ambiente em políticas, programas e processos operacionais” e “Estratégia das Alterações Climáticas e Ajuste para atender o Desafio” fornecem uma grande quantidade de informação actualizada, melhores práticas e orientação para países que pretendem intensificar os esforços no desenvolvimento sustentável e a defesa ambiental.

Experiência do PNUD em Angola

Em Angola, o PNUD vem trabalhando solidamente na sustentabilidade ambiental há uma década, e estabeleceu parcerias fortes com instituições nacionais incluindo o extinto Ministério das Pescas e Ambiente e o antigo Ministério do Urbanismo e Ambiente, parceiros de execução como a FAO, bem como com doadores como o GEF e o governo da Noruega.

O portfolio passado e presente do PNUD inclui o apoio chave para os seguintes grandes projectos:

- Plano de Acção e Estratégia de Biodiversidade Nacional
- Elaboração do 4º Relatório Nacional sobre a Biodiversidade
- Projecto da Bacia do Rio Okavango
- Projecto do Largo Ecossistema Marinho da Corrente de Benguela
- Projecto da Gestão Sustentável de Terras
- Projecto Hidro Fluoro Carbonados
- Desenvolvimento da capacidade nacional para o planeamento ambiental
- [Projecto de Consrvação do Parque Nacional do Iona](#)

Foco do PNGA

O PNUD continuará a apoiar o enquadramento de questões ambientais nas estratégias da redução da pobreza e planos de desenvolvimento do País (Resultado 4 do UNDAF). A ênfase será dada a implementação efectiva do Plano Nacional de Gestão

Ambiental, Plano de Acção e Estratégia da Biodiversidade Nacional, a Estratégia Nacional para a Implementação da Convenção-Quadro sobre as Alterações Climáticas, e outras iniciativas relevantes para os AMAs ratificadas por Angola. Para o período 201+2-2015, o PNGA fornece uma guia valiosa para o investimento focalizado.

O PNGA é uma iniciativa de longo prazo, com um horizonte temporal de dez anos a contar da data da aprovação em 2010, e com pontos de avaliação regular para se verificar a sua eficácia e impacto. O PNGA fornece uma listagem detalhada de acções prioritárias, cada uma com objectivos, actividades, medidas de verificação e cronogramas específicos.

A primeira fase do PNGA focalizará na recolha de informação e planeamento de projectos, desenvolvendo parcerias intersectoriais, desenvolvendo os termos de referência de projectos individuais e mobilizando finanças, tanto ao nível nacional como internacional. A implementação requererá delegação de responsabilidades aos níveis provincial e local, com forte participação da sociedade civil. As parcerias incluirão o sector privado e outras agências internacionais.

Ao abrigo do novo Programa Nacional para Angola, o PNUD continuará a apoiar os programas regionais em gestão de recursos, incluindo o projecto do Largo Ecossistema Marinho da Corrente de Benguela, a Protecção do Ambiente e Gestão Sustentável do projecto da Bacia do Rio Okavango, e o projecto-piloto nacional para a Gestão Sustentável de Terras.

Comentário [a10]: ?

Em todas estas iniciativas, o PNUD reconhece a necessidade de fortalecer a ligação entre a defesa do ambiente, a redução da pobreza e o desenvolvimento humano através do enquadramento da sustentabilidade ambiental nas políticas e programas de desenvolvimento, e fornecendo apoio de alta qualidade às instituições nacionais.

3.3. Desafios e oportunidades

Ao desenvolver uma abordagem estratégica para o Programa, seria útil uma breve análise das condições especiais do sector, tanto internas como externas, e que influenciarão o progresso. Isto é registado mais como uma “verificação da realidade” do que como um instrumento estratégico. Uma análise rápida dos desafios e oportunidades chave são indicadas abaixo.

Em geral, as mudanças progressivas vividas em Angola desde 2002 motivam o optimismo relativamente a próxima década, e apesar de muitos e alguns casos de desafios profundos. É grande a possibilidade de ocorrer impactos positivos significativos resultantes das intervenções estratégicas.

O PNUD tem vários pontos de entrada para intervenções significativas dentro dos complexos problemas e desafios que o sector da gestão de ambiente enfrenta em Angola. Estes incluem capacitação acelerada em habilidades técnicas, gestão de projecto (incluindo o *reporting*), abordagens de enquadramento, sistemas de monitorização e avaliação, e no desenvolvimento de parcerias para acelerar a aquisição de recursos financeiros de doadores como o GEF.

Tabela 5: Desafios e oportunidades do Programa

<i>Desafios</i>	<i>Oportunidades</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Imprevisibilidade do preço do petróleo; • Impactos das alterações climáticas; • Fraquezas em planeamento, orçamentação, gestão financeira; • Fraqueza em serviços de auditoria e aquisições; • Fraca capacidade técnica/ elevados custos de transacção de projectos; • Fraca disciplina ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Economia forte; • País grande, densidade populacional pequena nas grandes áreas rurais; • Biodiversidade rica, vastas áreas de paisagens intactas; • Bons planos estratégicos nacionais; • Jovem, emergente talento profissional; • Melhorada governação e transparência; • Forte investimento em infra-estruturas e, mais recentemente, serviços sociais; • Potencial sector agrícola e de energia; • Melhorada responsabilidade corporativa; • Nova geração de líderes em negócio ético e governação ambiental; • Transferência de habilidades de ONG para sector governamental; • Forte potencial de colaboração regional; • Atrações do ecoturismo

3.4. Cenários Ambientais de Angola para 2020

A visão do Governo de Angola de “desenvolvimento humano e económico sustentável e fortalecimento da coesão nacional” proporciona o contexto para o PNGA. Ao formular um programa de trabalho em apoio a esta visão, convém considerar os possíveis cenários ambientais nos quais desenvolver-se-á o PNGA de 10 anos.

Na ausência de estudos de cenário ambiental para Angola, poderá ser construído um modelo simplificado em parâmetros óbvios – as “incertezas chave” do desenho do cenário. Isto pode ser reduzido ao possível preço do petróleo em 2020 e o nível da disciplina ambiental exercida tanto pelo governo como pela sociedade em Angola ao longo do próximo período de dez anos.

A estrutura dos cenários baseia-se em reflectir o primeiro eixo – que tem petróleo cotado a USD 40,00 por barril ou USD 150,00 por barril; contra o Segundo eixo – de forte gestão ambiental (conforme indicado pelo PNGA), ou uma fraca gestão ambiental.

Tabela 6: Cenários do sector no 2020

Gestão ambiental	Forte	Fraca
Preço do petróleo – US\$40 pb	-----	‘paraíso perdido’
Preço do petróleo – US\$150 pb	‘rica herança’	‘boom e bancarrota’

A primeira opção (petróleo cotado a USD 40,00 por barril e com forte gestão ambiental) não é possível, dado que uma forte gestão ambiental em Angola pressupõe uma economia forte e sólida para superar os problemas decorrentes da guerra. Embora um preço de petróleo baixo (e uma economia fraca, dada a esmagadora dependência das receitas do petróleo), possa constituir um incentivo à diversificação, o prazo (*lead time*) para tal reestruturação seria bem além do horizonte de 2020 destes cenários.

A segunda opção (baixo preço do petróleo e fraca gestão ambiental) implica a continuação da situação que prevalecia nos 1980 e 1990 em que tanto as situações de guerra como a económica impediram qualquer despesa ou disciplina efectiva sobre o comportamento ambiental; tal situação resultaria na perda contínua da rica herança natural de Angola, daí o descritor “paraíso perdido”.

A outra opção (preço do petróleo alto, mas fraca gestão ambiental) resultaria em alto crescimento económico a curto prazo, rápida exploração de recursos naturais, subdesenvolvimento de alternativas ao petróleo: um típico cenário “boom e bancarrota”, que pode ocorrer em Angola facilmente se o país não implementar efectivamente o PNGA.

A última, e desejada “virtuosa” opção é o preço do petróleo alto e forte gestão ambiental, assegurando desenvolvimento económico e humano firme. A opção “rica herança” expressa a visão nacional de Angola.

Embora estes cenários possam parecer um pouco mais do que interesse académico, eles é útil na comunicação do papel chave da gestão ambiental no moldar do futuro de Angola. Alcançar um cenário de “herança rica” depende da implementação efectiva dos sistemas de gestão ambiental tal como do preço do petróleo.

4 DESCRIÇÃO DO PROGRAMA

4.1. Meta do Programa

O CPAP do PNUD Angola (2009-2013) está ligado ao UNDAF (2009-2013), e apoia a visão nacional Angolana do “desenvolvimento humano e económico e reforçada coesão nacional e democracia”.

No resultado 4 do UNDAF lê-se: “Crescimento económico pró-pobre reforçado e gestão macroeconómica responsável e desenvolvimento rural integrado, gestão de recursos naturais e energia, para promover a protecção ambiental e adaptação às alterações climáticas.”

O CPAP foca em quatro áreas programáticas, das quais a componente do Desenvolvimento Ambiental e Sustentável tem o objectivo de fortalecer as capacidades nacionais para alcançar o desenvolvimento sustentável, com um Resultado Previsto específico (que serve de meta do ~~Programa do Ambiente do PNUDPAEA~~ Angola) cuja redacção se segue:

“Capacidades nacionais fortalecidas para enquadrar (mainstream) a protecção ambiental nos planos e programas de desenvolvimento nacional numa perspectiva de crescimento pró-pobre”, inclusivo para com os mais vulneráveis (população rural, mulheres e crianças, camada social com menor capacidade económica, etc)

4.2. Componentes do Programa

Lógica do Programa: Os serviços de qualidade ambiental e dos ecossistemas foram seriamente comprometidos pelos impactos de décadas de guerra e da falta de capacidade individual, institucional e infra-estrutural para atender os complexos e combinados problemas resultantes. O ~~PAEA~~ Programa do Ambiente contribuirá para atender o problema, desenvolvendo a capacidade em instituições chave e enquadrando as melhores práticas ambientais nas políticas e planos de acção sectoriais.

Ao formular um programa de trabalho para a consecução da meta do Programa, foi feita referência ao impressionante volume de documentação já disponível sobre as necessidades. Por exemplo, o PNGA lista 39 prioridades, das quais 25 foram consideradas “Alta Prioridade” e 6 foram categorizados como acção de “Emergência”. O NBSAP lista não menos que 106 acções dentro das 8 áreas estratégicas. Destas acções, 83 foram categorizadas como “Alta Prioridade”. Outras

estratégias e planos de acção nacionais têm similares vastas listas de necessidades prioritárias – o **ENEA** lista 24 acções prioritárias.

Comentário [a11]: ?

É óbvio que na fase inicial deste Programa, apenas algumas destas acções podem ser implementadas dentro de um orçamentado limitado e com os recursos humanos disponíveis. Somente através de um empreendimento multi-parceiros contínuo e bem coordenado é possível obter o impacto desejado.

Tanto o PNGA como o NBSAP indicam possíveis intervenções por *output*, enquanto consultas com uma vasta diversidade de parceiros acrescentaram, mas também ajudaram a dar foco às intervenções indicativas listadas abaixo. Todas estas intervenções são gerais e precisam de elaboração mais aprofundada de acções prioritárias no seio delas. A ligação entre as intervenções listadas abaixo com a meta abrangente do Programa, não é nem óbvia nem automática. A concepção de cada intervenção tem de ser estruturada de modo a criar, reforçar e manter as ligações com vista a alcançar a meta pretendida. Cada projecto precisara de atenção cuidadosa a este requisito, e monitorização contínua do processo de implementação.

Componente 1: Capacidade nacional para enquadramento

*Reforçadas as capacidades nacionais para o enquadramento da protecção ambiental nos planos de desenvolvimento nacional, assegurando que as diferentes necessidades entre homens e mulheres são tidas em conta, de modo a **fornecer serviços ambientais equitáveis**;*

As abordagens chave que orientam a consecução deste resultado abrangente são as seguintes: enquadramento; capacitação; oportunismo estratégico; alinhamento com o Governo e parceiros estratégicos; lições aprendidas e Monitorização e Avaliação (descritos mais detalhadamente na Secção 3.1).

A Unidade de Gestão do Programa assistirá ao MINAMB apoiando a integração estreita e efectiva das políticas ambientais nos planos nacionais. A UGP, directamente ou via parceiros e consultores, compilará e submeterá às sínteses, bases de dados e ligações de informação do MINAMB para assisti-lo na formulação e implementação de intervenções transversais, workshops e processos de capacitação, aproveitando e alargando o programa de capacitação apoiado pelo Banco Africano de Desenvolvimento.

Situação de Base

- i). Ausência de políticas sectoriais que integram abordagens de desenvolvimento sustentável pelos ministérios;
- ii). Fraca capacidade no desenvolvimento e implementação de programas intersectoriais complexos;

iii). Ausência de inventário, monitorização e controlo efectivos dos impactos ambientais das actividades industriais, socioeconómicas e outras actividades de desenvolvimento.

Intervenções Indicativas

- i). Rever a legislação vigente e a sua eficácia e esclarecimento de papéis, responsabilidades e orçamentos institucionais relativos à gestão ambiental;
- ii). Consolidar as ligações entre MINAMB, MINADRP, MINEA e outros ministérios e entidades dos recursos naturais através do funcionamento efectivo do Conselho Nacional de Ambiente e fortalecer a Comissão Técnica Multisectorial para o Ambiente;
- iii). Desenvolver ferramentas financeiras (processos de orçamento, dotações orçamentais racionais, etc) para o ambiente através de intervenções de alto nível com o Governo e agências doadoras;
- iv). Conceber e implementar um programa de desenvolvimento de capacidades para habilidades prioritárias.

Indicadores chave / Ferramentas de rastreio

I.1.1. O Registo de Resultados de Capacitação do PNUD (anexo 2) proporciona uma ferramenta para avaliar as existentes capacidades bem como identificar as lacunas de capacidade. É uma ferramenta que serve para quantificar um processo qualitativo da mudança de capacidades através do uso de indicadores apropriados e suas correspondentes classificações. O conjunto final de indicadores a ser usados deve ser discutido com os intervenientes chave a fim de se chegar a um acordo a esse respeito.

Foram identificados três níveis de intervenção: i) nível individual (atitudes, comportamentos, habilidades técnicas, mudança na gestão, motivação, etc); ii) nível organizacional (mandatos, directrizes, sistemas de informação de gestão, mudança organizacional); iii) nível sistémico (ambiente viável: política, quadro regulador, etc).

Componente 2: Conservação da biodiversidade Dra. Paula por favor confirme

Implementação efectiva do Plano de Acção e Estratégia da Biodiversidade Nacional (NBSAP);

O Programa Nacional de Gestão Ambiental incorpora os objectivos do NBSAP e abrange todos os componentes do Programa de Ambiente do PNUD. Por sua vez, o NBSAP proporciona uma orientação clara e detalhada sobre todas as prioridades nacionais dentro do sector da biodiversidade. Respostas efectivas aos objectivos gerais do NBSAP requerem orientar cuidadosamente os recursos, com **foco nas áreas**

protegidas (AP), usando abordagens pragmáticas para o enquadramento, capacitação e integração programática descrita na Secção 3.1.

Situação de Base

- i). Todas as actividades implementadas estão enquadradas dentro do NBSAP, mais poucas estão a ser implementadas por falta de financiamento;
- ii). Importantes modelos de sucesso – tais como projecto da Palanca Negra Gigante, o projecto de preparação do NBSAP, projecto de preparação do NEMP, etc., indicam a capacidade de Angola para realizar projectos complexos com apoio apropriado;
- iii). Foram adoptadas medidas iniciais na reabilitação de algumas áreas protegidas (Quissama, Bicular, Iona e Cangandala), mas o estado actual das infra-estruturas, pessoal e financiamento é totalmente inadequado para alcançar os objectivos destas áreas protegidas;
- iv). Inquéritos preliminares e estudos anteriores demonstram que a representatividade de biomas e ecossistemas no sistema de AP de Angola é altamente desequilibrado e inadequado;
- v). Falta de pessoal de terreno formado e falta de enquadramento do pessoal já formado;
- vi). Falta duma gestão eficaz das AP.

Intervenções Indicativas

- i). Actualizar o Diagnóstico de Parques Naturais (2003), incluir outras AP actuais e priorizar a formação do pessoal para ter sucesso na implementação das recomendações contidas no Diagnóstico actualizado;
- ii). Conceber uma Estratégia de Expansão de novas Áreas Protegidas, incluindo todos os biomas que actualmente não estão protegidos com base numa Avaliação da Biodiversidade Nacional através de inquéritos e inventários;
- iii). Formular uma estratégia de mobilização de recursos para o financiamento do NBSAP.

Indicadores chave / Ferramentas de rastreio

I.2.1. A Ferramenta de Rastreio da Eficácia de Gestão (METT) (anexo 3) aplicado em todas as áreas protegidas de Angola. Esta ferramenta classifica quantitativamente as questões qualitativas relacionadas às APs.

I.2.2. Registo de Resultados da Sustentabilidade Financeira para APs (anexo 4). O PNUD desenvolveu este quadro de registo de resultados para ajudar as equipas de projectos e governos a rastrear os seus progressos a fim de tornar os sistemas de APs mais sustentáveis financeiramente.

I.2.3. Proporção de áreas terrestres e marinhas protegidas. Este é um dos indicadores oficiais dos ODM. Ao usar isto, o PNUD pretende fortalecer a capacidade de reportar o progresso rumo ao 2015.

Componente 3: Gestão sustentável de recursos naturais

Desenvolvida a capacidade institucional para a gestão sustentável de recursos naturais (terra e água), advogando pelo papel chave que as mulheres (obtentoras do conhecimento popular) podem e devem jogar na conservação e gestão dos recursos naturais

Houve um desenvolvimento da capacidade de gestão dos recursos vivos muito limitado durante o período colonial, e persiste um legado do uso não controlado dos recursos naturais como a terra, as águas e os recursos marinhos. Os complexos desafios da gestão sustentável de recursos pressupõem abordagens baseadas no conhecimento, com recurso à perícia local e regional. Angola detém capacidade de investigação limitada e praticamente não existem oficiais de extensão de campo com formação adequada para prestar apoio a 80% da população que depende da agricultura de subsistência e sobre os bens e serviços que os ecossistemas proporcionam.

A participação de profissionais Angolanos em programas regionais como a Bacia do Okavango e o Ecossistema Marinho da Grande Corrente de Benguela (BCLME), oferece oportunidades singulares para a aprendizagem de melhores práticas. O projecto-piloto de Gestão Sustentável da Terra no Huambo está a trabalhar directamente com as comunidades para desenvolver e implementar sistemas melhorados da gestão de terra para posterior aplicação mais ampla no país. As lições aprendidas no planeamento e implementação destes três ambiciosos projectos devem ser partilhadas entre as instituições.

Situação de Base

- i). Não existe um plano regional sobre a gestão das águas e as terras para grandes bacias fluviais e paisagens agrícolas, mais existe uma planificação para realizar os Planos de Gestão das 22 Bacias Hidrográficas mais importantes do País;
- ii). Número limitado de estudos recentes e relevantes sobre sistemas de gestão das águas e as terras;
- iii). Degradação profunda da terra devido à, entre outros factores, produção não regulamentada e ineficiente do carvão e mudanças dos cultivos, conduzindo a perda do solo e poluição dos rios.

Intervenções Indicativas

- ii). Preparar um Programa Nacional e Plano de Acção para o Combate à Desertificação em cumprimento da Convenção Contra Desertificação;
- iii). Advogar pela ratificação da Convenção do Ramsar (A Convenção sobre as Zonas Húmidas de Importância Internacional, especialmente enquanto «Habitat» de Aves Aquáticas) e identificar potenciais locais de Ramsar;
- iv). Identificação, validação e disseminação de melhores práticas sobre o uso sustentável de recursos naturais (terra e água).

Indicadores chave / Ferramentas de rastreio

I.3.1. Concebidos e implementados vários Planos de Acção Estratégicos das principais Bacias Hidrográficas;

I.3.2. Identificados, nomeados e listados vários locais Ramsar;

I.3.3. Proporção dos recursos hídricos usados. Este é um dos indicadores oficiais dos ODM;

I.3.4. Quota das áreas de reflorestação.

Componente 4: Alterações climáticas

*Adaptação e mitigação às **alterações climáticas** enquadrada (mainstreamed) nas políticas e planos de desenvolvimento nacional, advogando pela participação e criação de parcerias entre todos os actores chave da sociedade (sector público, privado, comunidades de base, mulheres, etc)*

Angola ratificou a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) em 2000, e o Protocolo de Quioto em 2007, e redigiu uma detalhada e impressionante Estratégia Nacional para a implementação da CQNUAC e o Protocolo de Quioto. A aprovação dos recentes instrumentos legislativos sobre Avaliações de Impacto Ambiental e Licenciamento Ambiental proporciona a Angola uma oportunidade para solicitar apoio financeiro do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e outros acordos para financiar acções destinadas a mitigar as alterações climáticas.

O MINAMB coordena as actividades no quadro da CQNUAC, e através da Estratégia é responsável para assumir a liderança na implementação, em colaboração com os outros ministérios e intervenientes, de medidas para mitigar respostas transversais às alterações climáticas. Angola ainda não concluiu o seu Plano de Adaptação Nacional, atrasando assim o seu acesso a importantes mecanismos de financiamento.

Angola tem duas questões focais referentes às alterações climáticas. Primeira, as muito elevadas taxas de desflorestação para a produção de lenha e carvão, que reduz

significativamente, directa e indirectamente, a capacidade de Angola em sequestrar o dióxido de carbono através da sua cobertura vegetal. Segunda, na qualidade de um dos maiores produtores do petróleo do mundo, Angola possui elevados níveis de queima de gás. Estes níveis diminuirão tão logo seja implementado o projecto de Gás Natural Liquefeito e melhoradas as tecnologias de extracção do petróleo para alcançar o compromisso do Governo de eliminar a queima de gás até finais de 2010.

Situação de Base

- i). Fraca capacidade para incorporar alterações climáticas nas políticas, mas reforçada sobremaneira pela recente legislação e estratégias nacionais;
- ii). Programas inadequados para mitigar e adaptar às alterações climáticas.

Intervenções Indicativas

- i). Promover a consciencialização sobre Alterações Climáticas, as suas causas, e potenciais impactos, e promover acções positivas para mitigar as alterações climáticas;
- ii). Contribuir para o fortalecimento da capacidade nacional de recolha, análise e disseminação de dados sobre o comportamento do Clima a nível nacional, e da capacidade institucional de integração e enquadramento destes na concepção e implementação de políticas e programas;
- iii). Implementação do PANA (Programa de Acção Nacional de Adaptação), e elaboração da Segunda Comunicação Nacional, incluindo a realização do Inventário Nacional de Gases de Estufa e a 2ª Comunicação Nacional;
- iv). Concepção e aprovação da estratégia nacional de alterações climáticas, sua publicação e disseminação;
- vi). Concepção e implementação de programas de mitigação com vista a redução de emissões de gases com efeito de estufa nos principais sectores emissores, conforme o primeiro inventário nacional, com prioridade para a investigação e tendente ao desenvolvimento de alternativas acessíveis à lenha e ao carvão como principais fontes de energia doméstica e gestão sustentável das florestas;
- vii). Fortalecimento da capacidade institucional do Ministério do Ambiente para a implementação de projectos de adaptação por intermédio da criação de uma Entidade de Implementação Designada;
- viii) Implementação das Aldeias ecológicas.
- ix) Fortalecimento da capacidade institucional de adesão e implementação e as principais convenções das Nações unidas na área do ambiente.

Indicadores chave / Ferramentas de rastreio

I.4.1. Emissões de CO₂, total, *per capita* e por 1 USD PIB (PPP). Este é um dos indicadores oficiais dos ODM;

I.4.2. Consumo de substâncias que empobrece a camada de ozono. Este é um dos indicadores oficiais dos ODM;

I.4.3. Quota do carvão e lenha como fontes da energia doméstica.

Componente 5: Monitorização Ambiental

*Expandida e activada a capacidade institucional para **monitorar as tendências ambientais** a escala nacional, identificando e analisando os impactos diferenciais entre homens e mulheres, para que estas possam ser incluídas de forma equitável nos planos de acção (**prevenção de crises e recuperação**) ante desastres naturais*

A recente aprovação do Estatuto Orgânico do MINAMB, e a Avaliação do Impacto Ambiental e os decretos do Licenciamento Ambiental, introduz uma nova era na gestão ambiental em Angola. O MINAMB possui agora poder legal para regular os muitos impactos ambientais resultantes dos desenvolvimentos industriais, agrícolas, infra-estruturais e urbanos, e através do mecanismo de licenciamento, uma fonte de financiamento para desenvolver a capacidade para implementar estas disposições legais de grande alcance.

Afigura-se agora urgentemente necessário formar técnicos Angolanos em avaliação do impacto ambiental, e desenvolver as habilidades administrativas e legais necessárias para a implementação da nova legislação.

A necessidade de medir e monitorar os indicadores ambientais biofísicos também é uma importante responsabilidade nacional em termos de muitos AMAs, e para o planeamento nacional e estratégias de resposta, particularmente em relação a alterações climáticas. A cobertura nacional da recente informação sobre a biodiversidade, variáveis climáticas, regimes de fluxos fluviais e fertilidade do solo e tendências da erosão é bastante limitada, tornando muito difíceis o planeamento estratégico na maioria do uso sustentável da terra, adaptação a alterações climáticas e programas de alívio da pobreza.

Situação de Base

- i). Fraca capacidade institucional e humana para monitorar indicadores e tendências ambientais;
- ii). Insuficiência de meios técnicos de monitorização ambiental;

- iii). Número limitado e qualidade superficial de relatórios nacionais sobre o estado das tendências ambientais;
- iv). Recentemente foi aprovada a legislação do Impacto Ambiental.

Intervenções Indicativas

- i). Advogar com as Universidades Angolanas para introduzir cursos da Avaliação do Impacto Ambiental ao nível do Mestrado; desenvolver capacidades, curricula e materiais para realizar estes cursos;
- ii). Desenvolver um Sistema de Informação Ambiental Nacional;
- iii) Aquisição de meios técnicos e reforço das capacidades institucionais e humanas na monitorização ambiental.

Indicadores chave / Ferramentas de rastreio

- I.5.1. Número de AIA levadas a cabo em Angola (registadas no MINAMB);
- I.5.2. Número de publicações, estudos/relatórios ambientais;
- I.5.3. Número de técnicos que possuem Mestrado em AIA formados em Angola;
- I.5.4. Adoptadas medidas legais contra actividades poluidoras e aplicadas medidas punitivas;
- I.5.5. Estabelecidas e a funcionar efectivamente estações de monitorização biofísica.

Componente 6: Educação ambiental

*Implementação efectiva da Estratégia Nacional para **Educação Ambiental** (ENEA) e actividades de sensibilização ambiental aos níveis nacional e provincial, valorizando o conhecimento e a experiencia nacional*

O Programa Nacional para Educação Ambiental (PNEA), aprovado pelo MINAMB em 2010 (falta aprovação pela Assembleia), constitui uma base excelente para iniciar um longo e necessário programa de trabalho na negligenciada consciencialização, entendimento e responsabilidade ambiental. O PNEA adopta uma abordagem geral, centrada no Homem, de acordo com as melhores práticas internacionais sobre o tópico. Enfatiza uma abordagem intersectorial, com responsabilidades partilhadas para a educação ambiental entre os ministérios da Educação, do Ambiente, da Saúde e da Comunicação Social. Todos eles pertencem ao Comité Executivo do Planeta Terra em Angola.

Em particular, é enfatizada a ligação entre a saúde humana e a saúde ambiental. Dado o negativo impacto sobre o longo período de perturbação civil causada pela guerra,

Comentário [a12]: confirmação

são consideráveis os desafios de mudar as percepções e o comportamento em relação ao ambiente. Quase duas gerações de Angolanos viveram em situações sem acesso aos sistemas de gestão dos resíduos sólidos, água limpa, saneamento ou a um ambiente agradável, seguro e verde. A falta de tal experiência resulta numa disjunção entre as pessoas e a natureza, e a consequente falta de entendimento de uma interdependência da saúde humana e ambiental.

O PNEA lista 24 acções dentro dos principais sectores da educação formal, educação não formal e educação informal.

Situação de Base

- i). Muito fraca tradição da responsabilidade ambiental; níveis muito altos da poluição urbana; lixo espalhados, poluição industrial;
- ii). Existem algumas actuações (poucas) a nível formal e não formal de educação ambiental no sistema de ensino;
- iii). Acesso muito limitado do público à informação sobre problemas ambientais e suas soluções;
- iv). Muito fraca capacidade das ONGs para liderar programas de consciencialização ambiental;
- v) A Rede Ambiental Maiombe é o único interlocutor não governamental reconhecido pelo MINAMB.

Intervenções Indicativas

- i). Revisar, apoiar no desenho, advogar pela sua importância, publicar e disseminar a Estratégia Nacional para Educação Ambiental (ENEA);
- iii). Reforçar as campanhas temáticas em escolas seleccionadas em todas as províncias;
- iv). Fortalecer técnica (activistas) e administrativamente (gestão, M&E, etc) a Rede Ambiental de ONGs e mobilizá-la para implementar actividades ambientais de base comunitária (campanhas de limpeza, plantação de árvores, debates sobre o ambiente, concursos, convívios, etc);
- v). Mediação de Mesas Redondas de Diagnóstico Socio-Ambiental. Dinamização de grupos técnicos de discussão e debate;
- vi). Elaboração de folhetos e material informativo.

Indicadores chave / Ferramentas de rastreio

I.6.1. Registo de Resultados de Capacitação (anexo 2);

I.6.2. Conhecimento, atitudes e práticas ambientais (*KAP survey*);

I.6.3. Número de intervenções implementadas pelas ONGs.

4.3 Análises de riscos

Uma breve análise da situação do sector do ambiente e da experiência de outros programas de desenvolvimento implementados pelo PNUD em Angola, são apresentados de forma resumida na tabela 4 abaixo. Uma vez que o Programa esteja aprovado, durante a sua fase de institucionalização, será desenvolvida uma estratégia de mitigação dos riscos e será apresentada no Workshop de Lançamento do Programa.

Tabela 7: Suposições e riscos para a implementação do Programa

Descrição do risco	Grau	Mitigação/comentário
Desmoronamento da existente estabilidade política	Insignificante	Governo actual goza do apoio da maioria
Abandono pelo Governo do compromisso para com o desenvolvimento sustentável	Mínimo	Economia forte permite investimento contínuo em práticas melhoradas
Duplicação com outras iniciativas	Baixo	A UGP via Grupo de Coordenação de Parceiros de Desenvolvimento assegurará a ligação contínua e efectiva com todas as outras actividades de ambiente em Angola
Elevada rotação de pessoal	Moderado	Pessoal chave deve ser competitivamente remunerado
Lento crescimento da capacidade técnica	Moderado	Prazo para desenvolvimento de capacidade é longo – pelo menos dez anos para desenvolver um novo especialista a contar do fim da formação
Perda do apoio da parceria entre o PNUD e o MINAMB	Moderado	As instituições deverão fortalecer a parceria tanto ao nível técnico como ao alto nível
Resistência dos ministérios sectoriais a incorporação das melhores práticas ambientais	Moderado	Enquadramento exige forte intervenção da liderança, coordenação e participação a todos os níveis. O estabelecimento de uma UGP dedicada apoiará o Governo no desenvolvimento da cultura de enquadramento.
Falta de recursos financeiros	Alto	Mudar as agendas dos doadores e cortes orçamentais destes pressupõem uma estratégia de desenvolvimento de recursos efectiva para o Programa
Elevado custo da implementação de projecto desencoraja os doadores	Alto	Luanda é uma das cidades mais caras do mundo. Os salários e escritório são duas vezes mais caras do que nas outras cidades da SADC. Onde possível, as actividades devem estar baseadas nas províncias.

4.4 Benefícios globais e locais das intervenções propostas

A singularmente rica biodiversidade de Angola – a diversidade mais rica de eco-regiões na África – é o indicador da importância global de proteger este recurso, com os consequentes benefícios ao nível nacional dos serviços, bens e meios de subsistência para as populações que se sustentam dos referidos ecossistemas. A falta de resposta e de intervenções significativas pressionarão muitos ecossistemas, espécies e paisagens para além dos seus limiares de resiliência.

Os benefícios globais e regionais incluem:

- i). Intervenções fortes assegurarão muitos ecossistemas raros e vulneráveis, espécies de plantas e animais limitados na sua distribuição, e existentes unicamente em Angola.
- ii). Defender as Áreas de Conservação chave das florestas de Maiombe em Cabinda, o sistema do deserto do Iona no Namibe, as zonas húmidas da Cameia e as savanas do Luiana no Cuando Cubango através de ligações efectivas com Áreas de Conservação Transfronteiriças, ligará as espécies migratórias e outras de Angola com Namíbia, Botswana, Zâmbia, República Democrática do Congo e a República do Congo.
- iii). Proteger os bio geograficamente isolados, e criticamente ameaçados ecossistemas da flora do Huambo, Cuanza Sul e Huíla contribuirão para se entender a evolução e a vulnerabilidade dos ecossistemas da flora Africana e a sua vulnerabilidade às alterações climáticas.

4.5 Ligações aos outros programas/projectos

É fundamental realizar um inventário completo de programas e projectos para evitar a duplicação de esforços e poder obter os máximos benefícios através de sinergias e boa coordenação/cooperação entre actores. Lamentavelmente, muitas intervenções de curto prazo produzem relatórios internos que não são facilmente acessíveis, e fracos sistemas de registo e elevada rotação de pessoal são responsáveis pela perda da maioria da memória institucional. Uma prioridade inicial para a Unidade de Gestão do Programa será a de compilar e criar um sistema de informação electrónica sobre projectos ambientais levados a cabo em Angola. Como primeira fotografia do sector, é apresentada uma lista, não detalhada das intervenções, mais que pode ser o início deste levantamento.

4.5.1. PNUD Angola

Capacitação para Planeamento Ambiental e Conservação da Biodiversidade em Angola (Project ANG 02/005).

Este projecto foi realizado no período 2002/2004 com um orçamento de US\$ 1,114,753. É de louvar um estudo das lições aprendidas porque ele apresenta as dificuldades a ser acauteladas em iniciativas similares. O projecto tinha as seguintes actividades principais:

- a) Capacitação em planeamento e gestão ambiental;
- b) Consciência e educação ambiental e mobilização social;
- c) Conservação da diversidade biológica
- d) Apoio aos Acordos Multilaterais, Convenções e Iniciativas Transfronteiriças no domínio do Ambiente.

O projecto serviu para identificar importantes questões ambientais e constrangimentos institucionais. O relatório da avaliação final é útil nas suas recomendações referentes a abordagens a ser adoptadas no planeamento e execução de futuros projectos.

Projecto do Largo Ecossistema Marinho da Corrente de Benguela (BCLME) – fase II.

O objectivo da fase II do projecto consiste em fortalecer a capacidade institucional e eficácia da Comissão da Corrente de Benguela e negociar e conseguir um acordo e apropriado Tratado de BCLME para apoiar a Comissão. Ele apoiará igualmente a implementação ao nível nacional do Plano de Acção Estratégico da BCLME através de apropriadas reformas das políticas existentes. A este respeito, o mesmo fortalecerá a gestão de recursos naturais de longo prazo, fiscalizará a captura e transferência de informações e melhores práticas e da *networking* de conhecimento através da cooperação e coordenação com a rede de Águas Internacionais do GEF.

Protecção Ambiental e Gestão Sustentável do projecto da Bacia de Okavango da FAO; US\$5 milhões.

O projecto foi lançado em 2003 pela Comissão Permanente das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango (OKACOM). É uma iniciativa regional (Angola, Botswana e Namíbia) que está a ser implementada através da FAO, com um orçamento de USD 5 milhões. Visa aliviar as ameaças eminentes e de longo prazo aos sistemas de terra e águas da Bacia do Okavango através da gestão conjunta dos recursos aquáticos e a protecção dos ecossistemas aquáticos, incluindo as zonas húmidas, sistemas fluviais e lacustres, e sua diversidade biológica.

Utilizou-se uma metodologia de projecto inovadora: foi realizada uma Análise de Diagnóstico Transfronteiriço (TDA) que identificou os problemas existentes na Bacia, mas também usou o planeamento do cenário para identificar potenciais problemas, tendências e opções de gestão para o futuro. Com base nesta análise científica e no parecer dos peritos, o TDA foi usado para prever os impactos ambientais, sociais e económicos de diferentes decisões de desenvolvimento, e desenvolveu-se um Plano de Acção Estratégico para implementar as reformas de política, legais e institucionais na Bacia.

Capacitação da Gestão Sustentável de Terras em Angola (GST)

Este projecto, cuja implementação está a cargo do PNUD, com um orçamento de USD 1,9 milhões, tem previsto quatro resultados. Primeiro é a análise e preparação de um conjunto aceitável de técnicas de intervenção, que é desenvolvido em módulos de treinamento, para novos agentes de extensão, num programa de treinamento por demonstração participativa. Isto é conjugado com a pesquisa aplicada e a promoção da inovação dos camponeses em GST.

O segundo atende à necessidade institucional do governo monitorar a degradação dos solos e descobrir melhores práticas para GST em Angola. Os resultados terceiro e quarto atendem uma necessidade mais vasta de um Plano de Acção Nacional via co-financiamento através do TerrAfrica Country Framework.

Os resultados previstos incluem um programa de treinamento e sensibilização do GST para quadros técnicos e decisores na Província do Huambo; plataformas para coordenação do planeamento e intercâmbio de conhecimento; princípios de GST desenvolvidos e integrados nas políticas, estratégias e quadros legais e regulamentares nacionais. Visa actualizar os modelos de melhores práticas da escala provincial à nacional aquando do fim do projecto-piloto.

O Plano de Acção Nacional (PAN) da UNCCD (Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação) pretende ser um instrumento que fornece um quadro estratégico para orientar os investimentos da GST e promover intervenções integradas e trans-sectorias.

4.5.2. Banco Africano do Desenvolvimento

O Banco Africano de Desenvolvimento aprovou um empréstimo de UCA13 330 000 a Angola (para reembolso em mais de 40 anos) via Ministério do Planeamento ao MINAMB para a implementação de um vasto projecto de desenvolvimento de capacidade durante o período 2010-2013. Nos termos deste Documento de Projecto, o projecto atenderá: a produção de uma legislação ambiental abrangente e harmonização, removendo as sobreposições e contradições, e preenchendo as lacunas, pondo em vigor novas e necessárias legislações, fortalecendo desse modo a legislação e governação para proteger efectivamente o meio ambiente; o desenvolvimento de

estruturas institucionais necessárias com capacidade para gerar, processar e disseminar informações quantitativas e qualitativas acessíveis aos decisores; o desenvolvimento de estruturas institucionais necessárias, incluindo o Instituto de Conservação da Natureza e a formação do necessário pessoal profissional para a execução efectiva da política ambiental, integrando igualmente a visão e interesses da sociedade civil em projectos de desenvolvimento, e assegurando a observação dos direitos das comunidades locais de aceder e beneficiar dos recursos naturais, bem como o respeito pelo conhecimento tradicional e partilha de informações.

O orçamento inclui 4 milhões de UAC para edificações e equipamento a fornecer ao proposto Instituto Nacional da Biodiversidade. Planeia formar 40 profissionais do MINAMB no nível de Mestrado, fornecer cursos de formação para 120 trabalhadores, formação em AIA para 200 trabalhadores, cursos de reciclagem a 40 juizes, e envolver mais de 8 000 pessoas da comunidade nos seus benefícios.

4.5.3 Agência de Cooperação Técnica Alemã (GTZ)

A GTZ apoiou (2007/2009) o MINAMB na implementação de um projecto para a reintegração de ex-militares na gestão das áreas protegidas. O projecto incluía uma subvenção de USD 2 milhões. Foi concluído o treinamento de mais de 100 participantes, cedidos ao projecto pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), em gestão da fauna selvagem, mas como o organograma do MINAMB não prevê o posto para de guarda-florestal/fiscal – nenhum dos formados do curso foi empregue no sistema de áreas protegidas. Os protocolos do governo para transferir os formados das suas posições actuais no IDF carece de mobilização urgente.

O projecto incluía subprojectos em forma de recomendações da gestão para os Parques Nacionais de Quiçama e Cangadala, critérios para a identificação de novas áreas protegidas, e a reabilitação de um histórico jardim botânico. É provável que a GTZ continue a financiar o projecto, mas dentro do foco do acordo anterior.

4.5.4. Banco Mundial

O Banco Mundial desenvolve actualmente o seu Plano de Assistência Nacional. Uma iniciativa de USD 113 milhões, co-financiada pelo Banco e o governo Angolano chamada Projecto de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA), que inclui USD 12 milhões para a gestão melhorada dos recursos hidrológicos (USD 3 milhões para a criação do novo Instituto Nacional para os Recursos Hidrológicos; USD 6 milhões para a Gestão Integrada das bacias hidrológicas do Cuanza e Cubango; e USD 3 milhões para a Reabilitação da Rede Hidrométrica Nacional).

4.5.5. UNESCO

A UNESCO está a criar um Comité Nacional do Homem e a Biosfera (MAB), e está a investigar a viabilidade da indicação de uma área, incluindo o Parque Nacional do Iona como Reserva da Biosfera.

4.5.6. Noruega

O Governo da Noruega apoiou muitos projectos ambientais em Angola, mas está a diminuir as suas intervenções neste sector.

4.5.7. Holanda

O Governo de Holanda apoiou o processo de reforma legal, mais particularmente a elaboração da nova, mas por aprovar, a Lei das Florestas, a Fauna Selvagem e Áreas de Conservação Terrestres. Através do Instituto Holandês para África Austral, ele apoiou os estudos sobre o impacto da exploração sobre o ambiente, e realizou o Fórum Ambiental de Sociedade Civil em 2006 e 2007.

4.5.8. USAID

A USAID encomendou e publicou uma revista do sector florestal em Angola, mas não financiou nenhum projecto de terreno.

4.5.9. Birdlife International

A Birdlife International levou a cabo avaliações minuciosas da avifauna das florestas de montane e de escarpa de Angola, acrescentando valiosas novas informações do estado criticamente ameaçado destes centros da biodiversidade globalmente importantes.

4.5.10. Sector privado

Angola carece de iniciativas formais de grandes corporações, tais como a organização nacional de WWF (Fundo Mundial para a Natureza), para coordenar e estabelecer sinergias de investimentos em conservação. Porém, na qualidade de entidades individuais, várias das empresas deram significativas, ainda que *ad hoc*, contribuições aos projectos.

Uma empresa Espanhola angariou USD 20 milhões com um empréstimo do Deutsche Bank para a reabilitação do Parque Nacional de Bicular, Província da Huíla. As infra-estruturas físicas do Parque foram reabilitadas, mas não existem fundos disponíveis para nomear pessoal para controlar o acesso e a caça furtiva no Parque.

Tanto a Shell como a empresa petrolífera nacional – Sonangol, contribuiu para a criação da Fundação Kissama. A Shell fez uma doação de USD 400 000 e a Sonangol contribui USD 300 000 por ano.

A TOTAL, nos termos da sua licença de prospecção e extracção, realiza a monitorização dos mamíferos marinhos e nos seus locais de perfuração marinhos.

A STATOIL, a empresa petrolífera Suíça, patrocinou as Olimpíadas Ambientais, organizadas pela Juventude Ecológica de Angola, para elevar a consciência ambiental no seio da juventude, enquanto a BP patrocinou o programa radiofónico baseado em Luanda, Telefone verde, também como uma iniciativa de sensibilização.

A De Beers encomendou um Estudo de Pre-viabilidade do Impacto Ambiental da sua área de concessão na Lunda Norte, e apoiou um projecto de capacitação da biodiversidade para estudantes Angolanos (Huíla, 2009). Na província do Zaire algumas empresas petrolíferas realizaram voluntariamente AIAs.

O Projecto da Palanca Negra Gigante recebeu fundos regulares da ESSO (USD 50.000), tendo outras empresas baseadas em Luanda efectuado doações menores em dinheiro ou facilidades.

4.6. Engajamento de actores sociais

Foram realizados exercícios de participação abrangentes na preparação das estratégias nacionais de biodiversidade, alterações climáticas, educação ambiental, gestão ambiental, etc. Enquanto o processo seguido facilitou a oportunidade adequada para o engajamento em processos de tomada de decisões por parte do governo e das ONGs formalmente criadas, as contribuições da sociedade civil eram limitadas por constrangimentos de capacidade e comunicações.

O Programa de Ambiente do PNUD, no seu processo de preparação, foi consultado com a sociedade civil e com diversas instituições públicas e outras agências internacionais para assegurar: i) que o seu conteúdo é relevante para o País, ii) que não existem duplicações com outras intervenções e iii) que existe uma base para coordenar as diferentes intervenções e para partilhar informações relevantes do sector. O Programa será amplamente divulgado na sua fase de instalação, usando as existentes redes de actores sociais, e em particular, trabalhando com os projectos em curso que tiveram êxito na atracção da participação efectiva das comunidades locais.

4.7. Género

Mulheres e crianças são particularmente vulneráveis às realidades da degradação ambiental, seja em termos da agricultura de subsistência, recolha da lenha, produção e utilização do carvão, acarretar água, como nos riscos de vida em ambientes urbanos

não saudáveis e poluídos. O Programa dará ênfase especial à inclusão das mulheres e organizações femininas no planeamento e implementação das intervenções, dos workshops, projectos e comunicações.

A profissão ambiental, especialmente a relacionada com o desenvolvimento e gestão de áreas protegidas, tem sido tradicionalmente dominada pelo homem, e se advogará pela garantia e equidade de género nas oportunidades e condições de emprego no sector. As melhores práticas do PNUD e internacionais serão seguidas na implementação de um programa não só sensível ao género, mais que coloque as relações de género no centro das suas intervenções.

4.8. Sustentabilidade

O desenho do projecto centra-se na “capacitação” e no “enquadramento”, institucionalizando desse modo a sustentabilidade. O Programa focalizará as suas intervenções no empoderamento e sustentabilidade, ao invés de substituição, assegurando o alinhamento com as prioridades nacionais e a apropriação por parte do MINAMB.

A sustentabilidade será garantida ao enfatizar uma abordagem programática, estabelecendo ligações entre os projectos em curso, desenvolvendo fortes redes transversais e criando um ambiente viável para o desenvolvimento de uma nova geração de profissionais.

5 MODALIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA

Assumindo que a assinatura do presente Programa por parte do Ministério do Ambiente **confirma a apropriação nacional do Programa**, baseada no alinhamento dos objectivos deste com as prioridades nacionais, e aprendendo das lições de intervenções conjuntas anteriores, a modalidade de gestão do ~~PAEA Programa de Ambiente~~ (2012-2015), se apresenta da seguinte forma:

O Programa será executado sobre a modalidade de gestão de programas de Execução Nacional (**National Execution – NEX**) sendo a responsabilidade primária do Ministério do Ambiente a implementação e coordenação do Programa.

Os arranjos legais relativos ao programa também obedecerão os requisitos **do PNUD acordados e implementados em todos os projectos e programas como Executivo Angolano.**

5.1. Estrutura de Gestão e tomada de decisões

Para assegurar o contínuo alinhamento do Programa com as prioridades nacionais, haverá um **Comité Executivo** que velará pelos aspectos estratégicos.

O **Comité Executivo** será presidido pelo MINAMB, co-adjuvado pelo ~~do~~ PNUD em Angola, pelas suas máximas autoridades, respectivamente o (a) Ministro (a) e a (o) Representante Residente do PNUD em Angola, ou os seus representantes devidamente indicados.

Outros membros do Comité Executivo serão as representações de outros Ministérios envolvidos no Programa e dos doadores ao nível directivo. A periodicidade de encontros deste Comité será semestral.

Para assegurar o acompanhamento na implementação do Programa e a tomada de decisões técnicas e operacionais, haverá um **Comité de Gestão**, liderado pelo Ministério do Ambiente, cujos membros serão os Directores Nacionais das áreas envolvidas no Programa, a Direcção do PNUD, a representação das organizações implementadoras (ONGs, Universidades, empresas, etc) e a representação ao nível técnico dos doadores. A periodicidade de encontros deste Comité será trimestral.

De formas a providenciar à estrutura de gestão do presente Programa suficiente flexibilidade para adaptar-se as diferentes etapas que surgirão ao longo da implementação do Programa, o Programa define uma **estrutura mínima e máxima de gestão do programa** para a sua implementação:

Comentário [a13]: mudar por: “A execução nacional respeitara os requisitos de implementação internacionalmente aceites e recolhidos nos procedimentos do PNUD, previamente acordados e assinados pelas partes”

- **Coordenador do Programa – Estrutura Mínima**
- **Unidade de Gestão do Programa – Estrutura Máxima**

O **Coordenador do Programa** será recrutado logo após a aprovação do Programa estabelecendo assim a estrutura mínima de gestão do programa, sendo responsável pela elaboração dos documentos necessários para uma gestão de qualidade (*Planos Anuais e Trimestrais de trabalho⁵, Orçamentos, Relatórios, Planos de aquisições, Plano de financiamentos, Planos de Monitoria e Avaliação, etc*). Os documentos serão elevados ao **Comité de Gestão**, e sempre que necessário, ao **Comité Executivo**, para sua aprovação.

O recrutamento do **Coordenador do Programa** deve ser realizado por um processo competitivo de selecção pública. É essencial que o Coordenador seja competente em gestão de projectos.

Reconhecendo que as necessidades do Programa aumentarão consoante a confirmação de programas e projectos e dos recursos financeiros para implementação do Programa Estratégico, no momento oportuno será estabelecida a **Unidade de Gestão do Programa** com a seguinte proposta de estrutura:

- *Coordenador do Programa (acima citado)*
- *Assistente Técnico*
- *Assistente Financeiro*
- *Motorista*

Para cumprir com maior eficácia as funções, esta **Unidade de Gestão do Programa** estará situada fisicamente nas instalações do MINAMB. Uma pré-avaliação sobre capacidades de gestão financeira e de gestão de programas no quadro da modalidade de **Execução Nacional** será necessária, tal como o apoio contínuo do PNUD para a implementação do Programa em conformidade com as regras e procedimentos para os Programas do PNUD.

O estabelecimento da **Unidade de Gestão** assim como a estrutura detalhada para o seu pleno funcionamento será por decisão do **Comité Executivo**, com base nas propostas apresentadas pelo **Comité Gestão** (*Termos de Referencia, alocação financeira para o funcionamento da Unidade de Gestão*). A estrutura da **Unidade de Gestão** poderá ser revisada anualmente ou consoante as necessidades apresentadas pelo **Comité de Gestão** ao **Comité Executivo**.

⁵ O Plano de Trabalho Anual descreve os resultados específicos a ser obtidos e constituirá o acordo básico entre o PNUD e o MINAMB na utilização dos recursos.

Sendo um programa “chapéu”, o **Coordenador do Programa** (e subsequente a Unidade de Gestão) têm como principal **objectivo catalisar o desenho dos projectos e iniciativas, facilitar a operacionalização dos mesmos, e de coordenar as seis componentes do Programa Estratégico.**

Cada projecto dentro do Programa terá planos de trabalhos, orçamentos e modalidades, para reportar, claramente descritos e acordados. Cada intervenção/projecto identificado e com dotação própria de recursos humanos e financeiros responderá tecnicamente á Direcção indicada pelo MINAMB, sem prejuízo, da necessária coordenação entre intervenções fundamental para atingir os resultados preconizados neste Programa.

As principais funções do **Coordenador do Programa e da Unidade Gestão do Programa** incluem:

- ii) *Preparação e facilitação dos encontros do Comité de Gestão e do Comité Executivo;*
- iii) *Elaboração de documentos técnicos e administrativos necessários para o arranque dos diferentes projectos pertencentes ao presente Programa;*
- iv) *Facilitar a integração de abordagens, outputs e capacidades humanas em vários projectos e programas no sector;*
- v) *Coordenar as diferentes intervenções/projectos directamente relacionadas com o presente Programa;*
- vi) *Partilha de informação, networking no sector, colaborando com outros sectores com alto impacto no ambiente (saúde, minas, industria, petróleos, etc).*

Comité Executivo

Membros: presídio pelo (a) Ministro (a) do Ambiente; Co- Adjuvado pelo(a) Representante Residente do PNUD Direcção do PNUD; Doadores; **Outros Ministérios**

Funções: Assegurar a apropriação nacional e alinhamento com as prioridades nacionais; Supervisionar ao nível estratégico a implementação do **Programa do Ambiente do PNUDPAEA (2011-2015)(2012-2015)**

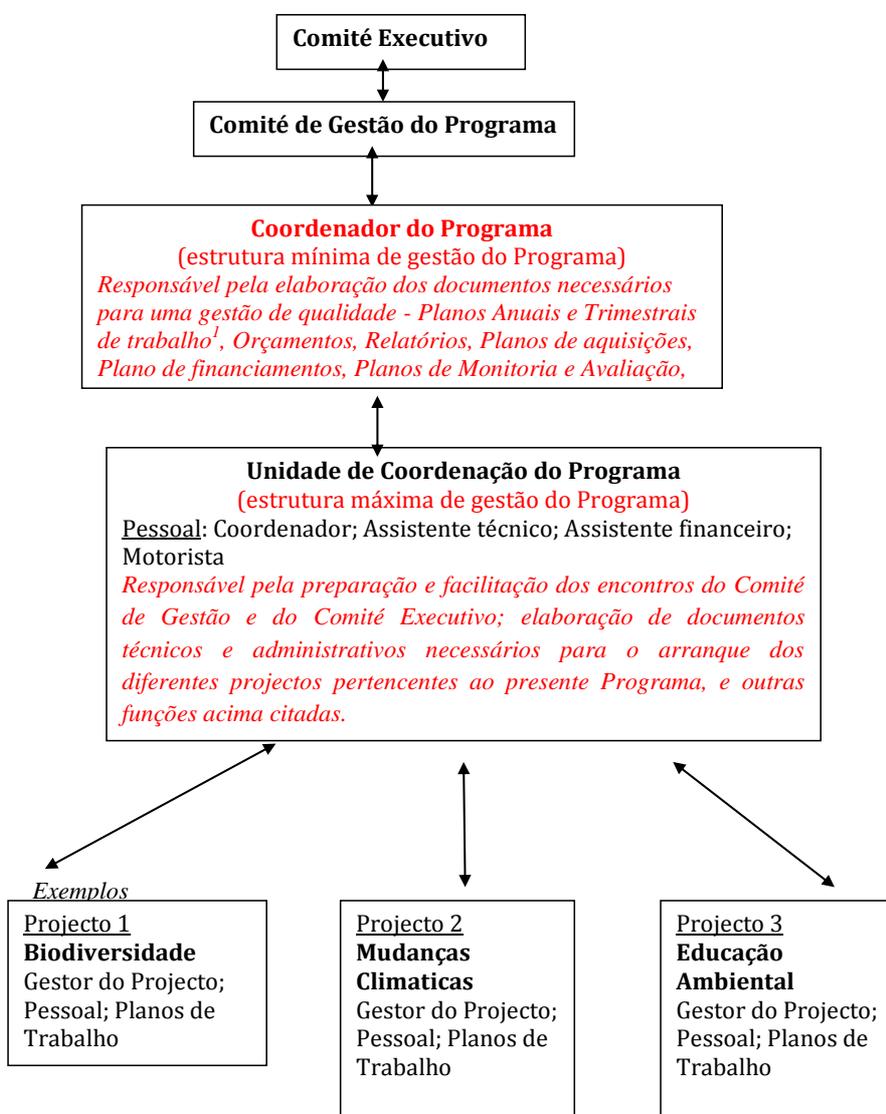
Periodicidade dos encontros: Semestral

Comité de Gestão do Programa

Membros: Directores Nacionais do MINAMB; Direcção do PNUD; actores implementadores; doadores a nível técnico.

Funções: Supervisionar a implementação do **Programa do Ambiente do PNUDPAEA** (decisões técnicas e operacionais)

Periodicidade dos encontros: Trimestral



5.2. Monitorização, avaliação (M&A) e auditorias

O Programa será auditado anualmente de acordo com os procedimentos padrão do PNUD e do Executivo de Angola.

Um processo detalhado de M&A será usado para medir o progresso do Programa e o seu impacto no sector. A gestão deverá ser adaptada de forma activa ao longo do período de implementação para maximizar o desempenho e a eficácia. A matriz de M&A do Programa incluirá indicadores das intervenções mais relevantes de forma a assegurar a ligação entre os resultados das intervenções e a meta do Programa. Em particular, serão utilizados os sistemas de Ferramenta de Rastreo da Eficácia de Gestão, o Classificador do Desenvolvimento de Capacidade e o Classificador Financeiro, entre outros.

A Matriz do Quadro Lógico apresenta indicadores de desempenho e impacto e os seus meios de verificação. A UGP terá a responsabilidade de monitorar, em conformidade com o plano de trabalho e orçamento, as actividades que serão levadas a cabo.

O Plano de Trabalho Anual, com a Estratégia de M&A detalhado será apresentado no Workshop de Lançamento, a ser realizado nos primeiros três meses do início do programa.

6 ANEXOS

6.1. Quadro Lógico

META / RESULTADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE (*)	METAS (**)	FONTES DE VERIFICAÇÃO (**)	ASSUNÇÕES E RISCOS (**)
ODM 7					
Assegurar sustentabilidade ambiental	<ul style="list-style-type: none"> - Proporção de áreas terrestres e marinhas protegidas. - Proporção dos recursos hídricos usados. - Emissões de CO2, total, <i>per capita</i> e por 1 USD PIB (PPP). - Consumo de substâncias que empobrece a camada de ozono. 		<p>7A: Integrar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas de países e inverter a actual tendência da perda dos recursos ambientais</p> <p>7B: reduzir a perda da biodiversidade, alcançando, até 2010, uma redução significativa na taxa de perda</p>		
RESULTADO N° 4 DO UNDAF (2009-2013)					
Crescimento em prol dos pobres e gestão macroeconómica responsável mais reforçados e gestão integrada do desenvolvimento rural, recursos naturais e energia, de forma a promover a protecção ambiental e a adaptação às alterações climáticas	Número de planos e relatórios estratégicos ambientais aprovados		7		

META / RESULTADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE (*)	METAS (**)	FONTES DE VERIFICAÇÃO (**)	ASSUNÇÕES E RISCOS (**)
RESULTADO Nº 6 DO CPAP (2009-2013): Componente do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável					
META DO PROGRAMA DO AMBIENTE DO PNUDPAEA (2011-2015)(2012-2015)					
Reforçadas as capacidades nacionais para enquadrar (mainstreaming) a protecção ambiental nos planos e programas de desenvolvimento nacional numa perspectiva de crescimento inclusivo para com os mais vulneráveis (população rural, mulheres e crianças, camada social com menor capacidade económica, etc)		-		Reports	
Componente 1: National capacity for mainstreaming					
Reforçadas as capacidades nacionais para o enquadramento (mainstreaming) da protecção ambiental nos planos de desenvolvimento nacional, assegurando que as diferentes necessidades entre homens e mulheres são tidas em conta, de modo a fornecer serviços ambientais equitativos;	I.1.1. Registo de Resultados de Capacitação do PNUD (anexo 2)				
Componente 2: Biodiversidade (CPAP: Output 6.1)					
Implementação efectiva do Plano de Acção e Estratégia da Biodiversidade Nacional (NBSAP);	I.2.1. A Ferramenta de Rastreio da Eficácia de Gestão (METT) (anexo 3) aplicado em todas as áreas protegidas de Angola. I.2.2. Registo de Resultados da Sustentabilidade Financeira para APs (anexo 4).				

META / RESULTADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE (*)	METAS (**)	FONTES DE VERIFICAÇÃO (**)	ASSUNÇÕES E RISCOS (**)
	<p>I.2.3. Proporção de áreas terrestres e marinhas protegidas. Indicador oficial dos ODM.</p> <p>- Numero de programas definidos e implementados ao abrigo da Estratégia Nacional de Biodiversidade</p>				
Componente 3: Gestão Sustentável de Recursos Naturais (CPAP: Output 6.2)					
Desenvolvida a capacidade institucional para a gestão sustentável de recursos naturais (terra e água), advogando pelo papel chave que as mulheres (obtentoras do conhecimento popular) podem e devem jogar na conservação e gestão dos recursos naturais;	<p>I.3.1. Concebidos e implementados vários Planos de Acção Estratégicos das principais Bacias Hidrográficas;</p> <p>I.3.2. Identificados, nomeados e listados vários locais Ramsar;</p> <p>I.3.3. Proporção dos recursos hídricos usados. Indicador oficial dos ODM;</p> <p>I.3.4. Quota das áreas de reflorestação.</p>				

META / RESULTADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE (*)	METAS (**)	FONTES DE VERIFICAÇÃO (**)	ASSUNÇÕES E RISCOS (**)
	<ul style="list-style-type: none"> - Numero de estratégias de gestão sustentável de recursos hídricos definidas e implementadas - Qualidade dos estudos publicados sobre gestão de terras 				
Componente 4: Cambio Climático (CPAP: Output 6.4)					
Adaptação e mitigação às alterações climáticas enquadrada (mainstreamed) nas políticas e planos de desenvolvimento nacional, advogando pela participação e criação de parcerias entre todos os actores chave da sociedade (sector público, privado, comunidades de base, mulheres, etc);	<p>I.4.1. Emissões de CO₂, total, <i>per capita</i> e por 1 USD PIB (PPP). Indicador oficial dos ODM;</p> <p>I.4.2. Consumo de substâncias que empobrece a camada de ozono. Indicador oficial dos ODM;</p> <p>I.4.3. Quota do carvão e lenha como fontes da energia doméstica.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Numero de planos nacionais e politicas 				

META / RESULTADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE (*)	METAS (**)	FONTES DE VERIFICAÇÃO (**)	ASSUNÇÕES E RISCOS (**)
	desenvolvidas com incidência na adaptação às alterações climáticas -Numero de programas definidos para incluir medidas de adaptação às alterações climáticas				
Componente 5: Monitoria Ambiental (CPAP: Output 6.3)					
Expandida e activada a capacidade institucional para monitorar as tendências ambientais a escala nacional, identificando e analisando os impactos diferenciais entre homens e mulheres, para que estas possam ser incluídas de forma equitativa nos planos de acção (prevenção de crises e recuperação) ante desastres naturais;	I.5.1. Número de AIA levadas a cabo em Angola (registadas no MINAMB); I.5.2. Número de publicações, estudos/relatórios ambientais; I.5.3. Número de técnicos que possuem Mestrado em AIA formados em Angola; I.5.4. Adoptadas medidas legais contra actividades poluidoras e aplicadas medidas punitivas;				

META / RESULTADOS	INDICADORES	LINHA DE BASE (*)	METAS (**)	FONTES DE VERIFICAÇÃO (**)	ASSUNÇÕES E RISCOS (**)
	I.5.5. Estabelecidas e a funcionar efectivamente estações de monitorização biofísica.				
Componente 6: Educação Ambiental					
Implementação efectiva da Estratégia Nacional para Educação Ambiental (ENEA) e actividades de sensibilização ambiental aos níveis nacional e provincial, valorizando o conhecimento e a experiencia nacional.	I.6.1. Registo de Resultados de Capacitação (anexo 2); I.6.2. Conhecimento, atitudes e práticas ambientais (<i>KAP survey</i>); I.6.3. Número de intervenções implementadas pelas ONGs.				

(*) O estabelecimento da linha de base para o Programa do Ambiente ~~(2011-2015)~~(2012-2015) será uma das primeiras tarefas a ser realizadas pela Unidade de Gestão do Programa. Como já foi indicado no documento do Programa (PRODOC), os indicadores do Programa serão ao mesmo tempo indicadores das diferentes intervenções a ser implementadas.

(**) As metas, fontes de verificação e assunções e riscos do Programa serão trabalhados pela Unidade de Gestão e discutidos e validados no Workshop de Lançamento do Programa.

Rascunho Final – 18deMaio2012